



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto



Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

**DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA PÓS
ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO**

TATIANE KATIELLE CARDOSO GONÇALVES

Mariana – MG

2024

TATIANE KATIELLE CARDOSO GONÇALVES

**DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE MARIANA PÓS
ROMPIMENTO A BARRAGEM DE FUNDÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Isis Silva Roza

**MARIANA
2024**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G635d Gonçalves, Tatiane Katielle.

Desafios da assistência social do município de Mariana pós rompimento da barragem de Fundão. [manuscrito] / Tatiane Katielle Gonçalves. TATIANE KATIELLE CARDOSO GONCALVES. - 2024.
57 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Isis Silva Roza.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Assistência social. 2. Escravidão. 3. Racismo. 4. Serviço social - Mariana (MG). 5. Indústria mineral - Mariana (MG). 6. Bento Rodrigues (Mariana, MG). 7. Fundão, Barragem do (MG). I. GONCALVES, TATIANE KATIELLE CARDOSO. II. Roza, Isis Silva. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 364.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Tatiane Katielle Cardoso Gonçalves

Desafios da assistência social do município de Mariana pós rompimento da barragem de Fundão

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 15 de outubro de 2024

Membros da banca

Dra. Isis Silva Roza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. Jussara de Cássia Soares Lopes - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Luciano Magela Roza - Universidade Federal de Ouro Preto

Isis Silva Roza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/10/2024



Documento assinado eletronicamente por **Isis Silva Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/11/2024, às 21:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0806482** e o código CRC **252353DD**.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço a Deus por me guiar durante todo esse percurso, que não foi nada fácil, por permitir que eu tivesse saúde e determinação para finalizar essa etapa importante da minha vida, apesar de todos os contratemplos enfrentados para chegar até aqui.

Agradeço a toda a minha família, principalmente minha mãe Fatima e meu pai Wagner pelo apoio incondicional, obrigado por me inspirarem sendo exemplos de tanta determinação em tempos tão difíceis. A minha amiga Sirlene que mesmo sem saber me inspira muito e me apoia em todos os momentos. As minhas irmãs e primas, e a toda a minha família que de alguma forma sempre me apoiaram e me incentivaram a finalizar essa etapa.

A minha professora e orientadora Prof. Dra. Isis Silva Roza agradeço pela paciência, persistência, ensinamentos, amizade e dedicação no processo de construção deste trabalho, principalmente pela parceria e amizade construída ao longo desse tempo, aprendi e aprendo muito com você, obrigado por tudo, que para além de me ensinar tanto academicamente, me inspirou como futura assistente social e como mulher negra, obrigado por me ensinar e ter me permitido conviver com a pessoa maravilhosa que você é. A Prof. Dra. Adriana Mesquita por ter me orientado e me acompanhado durante minha formação acadêmica e humana, me inspirando a sempre buscar melhorar sempre, muito obrigado pela dedicação e confiança, obrigado pela oportunidade, parceria, amizade e ensinamentos. Prof. Alessandra que me inseriu e incentivou no mundo das pesquisas e projetos, me apoiando e ensinando sempre. E a todos os docentes do curso de Serviço Social, que contribuíram com a minha formação acadêmica e para a vida. Minhas supervisoras de estágio Kim Lauenstein e Adelize Martins, por me ensinarem tanto na prática e por sempre me motivarem a ser uma profissional competente e atenciosa, obrigado por compartilhar comigo os desafios e as belezas dessa profissão tão importante para nossa sociedade.

À banca examinadora, Dr. Luciano Magela Roza e Me. Jussara de Cássia Soares Lopes meu muito obrigado, por aceitar participar desse momento tão importante para mim, e por dedicarem esse tempo para ampliarem cada vez mais meu conhecimento com a sabedoria de vocês.

Agradeço as pessoas maravilhosas que a UFOP me proporcionou conhecer, e que foram muito importantes no decorrer do curso, que foram verdadeiras companheiras em todos os momentos bons e ruins, compartilhando todas as alegrias e angústias.

A todos o meu muito obrigada!!

A cidade do era.

Era uma vez, uma barragem,
Era uma vez, uma cidade,
Era uma vez, um povo feliz,
Era uma vez, aquele criança,
Era uma vez, aquele senhor,
Era uma vez, aquele amor,
Era uma vez, o início da dor.

Era uma vez, o jantar em família,
Era uma vez, a bela igreja,
Era uma vez, aquele escola,
Era uma vez, a quadra de bola.

Era uma vez, o churrasco e a festa,
Era uma vez, a tradição e a reza,
Era uma vez, o casamento,
Era uma vez, a lua de mel,
Era uma vez, o turista,
Era uma vez, a água pura,
Era uma vez, a manga madura.

Era uma vez, a vizinha e o vizinho,
Era uma vez, a mão e seu filho,
Era uma vez, o amor e o drama,
Era uma vez, Mariana.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo apresentar os principais desafios enfrentados pela Assistência Social após o rompimento da barragem. O estudo bibliográfico que aborda a formação social brasileira seus desdobramentos em relação as consequências da escravidão, como o racismo e a ligação com a mineração no quadrilátero ferrífero, dando ênfase especificamente ao município de Mariana, que tem como principal atividade uma mineração predatória e exploratória. O trabalho tem como objetivo geral refletir como o rompimento da barragem impactou diretamente a atuação da Assistência Social no município e como é a atuação da mineração, que para além de superexplorar das forças de trabalho, implicou também no rompimento da barragem de Fundão em 2015, que foi considerado um dos maiores crimes ambientais do mundo. O percurso realizado identifica os principais desdobramentos e desafios acarretados pelo rompimento da barragem de Fundão para a atuação dos assistentes sociais do município.

Palavras - Chaves: Formação Social; Escravidão; Racismo; Mineração; Assistência Social e Barragem.

ABSTRACT

This course conclusion work aims to present the main challenges faced by Social Assistance after the dam collapse. The bibliographic study that addresses Brazilian social formation and its consequences in relation to the consequences of slavery, such as racism and the connection with mining in the iron quadrangle, specifically emphasizing the municipality of Mariana, whose main activity is predatory and exploratory mining. The general objective of the work is to reflect on how the collapse of the dam directly impacted the performance of Social Assistance in the municipality and how mining operates, which in addition to overexploiting the workforce, also resulted in the collapse of the Fundão dam in 2015, which was considered one of the biggest environmental crimes in the world. The path taken identifies the main developments and challenges caused by the collapse of the Fundão dam for the work of social workers in the municipality.

Keywords: Social Formation; Slavery; Racism; Mining; Social Assistance and Dam.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS - Centro de Atenção Psicossocial

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

IBM - Instituto Brasileiro de Mineração

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TMD - Teoria Marxista da Dependência

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CENSO SUAS - Monitoramento do Sistema Único de Assistência Social.

CADSUAS - Cadastro do Sistema Único de Assistência Sociocental.

GESUAS – Sistema de Gestão do SUAS

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. QUESTÃO RACIAL E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA	14
2.1 Colonização, escravidão e racismo: base da formação social brasileira.	14
2.2 Raça, racismo e formação social brasileira	17
3. CAPITALISMO DEPENDENTE E A MINERAÇÃO	25
3.1 Capitalismo Dependente	25
3.2 Mineração	28
4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS ROMPIMENTO DA BARRAGEM	32
4.1 Política de assistência social	32
4.2 Mineração em Mariana e o rompimento da barragem de Fundão	37
4.3 Impactos na política de assistência social após o rompimento da barragem de Fundão	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	52

1. INTRODUÇÃO

O município de Mariana/MG tem a sua economia historicamente baseada na extração mineral, sendo a extração de ouro durante o período colonial, e posteriormente, o minério de ferro, que culminou na predominância de grandes empresas extrativistas na cidade, como a Vale e Samarco, reconhecidas pela ideia de desenvolvimento econômico, geração de emprego e infraestrutura que geraram, mas através de uma exploração predatória, que causa importantes impactos ambientais, adoecimento aos trabalhadores e uma série de dificuldades para se viver no município de Mariana.

O **interesse pelo estudo** do tema assistência social pós rompimento da barragem de Fundão veio após o referido rompimento, em 05 de Novembro de 2015, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana, que não só tirou a forma de viver de todos os moradores do local e dos arredores, mas também foi um dos desastres ambientais mais devastadores do Brasil. No dia 05, a barragem de rejeitos pertencente à mineradora Samarco cedeu, liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro e sílica, e desta forma, essa forte corrente de lama e resíduos tóxicos envolveu vidas, meio ambiente e comunidades inteiras. O ocorrido deixou não só imagens de desolação e destruição por onde passou, mas também um longo desafio para a política de assistência social do município de Mariana, que teve que lidar com as consequências imediatas do desastre que foram sentidas de maneira profunda, com as perdas humanas, deslocamento de famílias inteiras, perda de habitações, meios de subsistência, laços comunitários que haviam sido construídos ao longo de gerações, dentre muitas outras infinidades de danos que atingiram a população.

Além das perdas humanas e materiais, o rompimento trouxe a tona uma série de desafios, tanto no âmbito econômico quanto no emocional dos atingidos, que reflete até os dias atuais, pois as comunidades afetadas enfrentaram tempos de incertezas, com o anseio de reconstruir suas vidas do zero, ao mesmo tempo que ainda lidam com traumas emocionais.

Ter presenciado de perto as consequências causadas no município após rompimento da barragem, ver o sofrimento das pessoas que tinham perdido familiares, amigos, pessoas queridas, suas casas, seus territórios, a ansiedade em saber quando sairiam daquela “quadra”, ver as lágrimas de sofrimento e gratidão de muitas pessoas que se encontravam naquele espaço, levantou muitos questionamentos acerca de como esses novos moradores estavam sendo acolhidos em Mariana, e o que seria realizado para garantir os direitos desses sujeitos tão duramente afetados pelo crime provocado pela mineradora Samarco.

O interesse em aprofundar na compreensão do impacto do rompimento da barragem de Fundão já estava presente no meu cotidiano, mas se aprofundou após ingresso no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, diante de todos os debates e reflexões desenvolvidos no decorrer do curso, especialmente pela participação em projetos de extensão e pesquisa. Durante a atuação no projeto de extensão “Desafios e estratégias da articulação entre formação e exercício profissional”, com a oportunidade de aproximar das(os) profissionais de serviço social que atuam em diversas regiões de Minas Gerais, chamou atenção as dificuldades de muitos profissionais do Serviço Social em lidar com as demandas trazidas pelos atingidos, em especial na região de Mariana e arredores, mas não apenas no município, pois tendo em vista que o rio de lama chegou até o estado do Espírito Santo, atingindo assim diversas comunidades ribeirinhas.

Através da participação no projeto de Iniciação Científica intitulado: “Configuração da Política de Assistência Social na Cena Contemporânea na Região dos Inconfidentes - Minas Gerais”, os desafios da assistência social ficaram, mais uma vez, em evidência, seja pelo aumento expressivo da demanda pós rompimento da barragem, seja pelas particularidades da realidade enfrentada por aqueles usuários atingidos diretamente pelo rompimento.

A **metodologia** se refere ao estudo dos instrumentos, formas e métodos necessários à elaboração de uma pesquisa científica. Ela indica o tipo de pesquisa a ser realizada e as etapas que seguirão seu desenvolvimento. De acordo com Severino (2000, p. 18), a metodologia é:

[...] um instrumental extremamente útil e seguro para a gestação de uma postura amadurecida frente aos problemas científicos, políticos e filosóficos que nossa educação universitária enfrenta. [...] São instrumentos operacionais, sejam eles técnicos ou lógicos, mediante os quais os estudantes podem conseguir maior aprofundamento na ciência, nas artes ou na filosofia, o que, afinal, é o objetivo intrínseco do ensino e da aprendizagem universitária.

A presente pesquisa foi realizada a partir do método materialista histórico dialético. Esse método é fundamental para o marxismo e busca entender a sociedade, a história e a economia através de uma perspectiva que enfatiza a importância das condições materiais e das relações sociais de produção. O materialismo histórico dialético nos traz que para compreender a sociedade e a história, precisamos entender as condições materiais da vida humana, tendo como pontos a base econômica (pois a economia e as relações de produção constituem a base da sociedade) e a superestrutura (que compreende a política, cultura, ideologias e demais).

Foi realizada **pesquisa bibliográfica**, que trata-se principalmente do estudo de livros e artigos científicos, tendo como principal vantagem a possibilidade de ter uma maior

abrangência nos dados obtidos. É o primeiro passo para a construção de uma pesquisa, afinal através dela, fica possível descobrir se já existem trabalhos realizados na área da qual se pretende pesquisar, sendo possível selecionar os materiais e analisar as informações já conhecidas acerca do objeto de estudo. Segundo Fonseca (2002, p. 32) “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites”. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como foi realizado e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

O levantamento bibliográfico é normalmente feito a partir da análise de fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema escolhido para estudo. As fontes podem ser livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas, etc.), textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um conteúdo documentado. Após a seleção do material, este deverá ser lido, analisado e interpretado.

Tendo como tema de estudo a política de assistência social em Mariana/MG pós rompimento da barragem do Fundão, em 2015, realizamos levantamentos bibliográficos entre os principais textos, artigos e autores que trabalham as temáticas da formação sócio-histórica brasileira, mineração, rompimento da barragem do Fundão e assistência social. Construimos cronogramas de estudo com textos pré-estabelecidos para discussão e produção de fichamentos.

A **pesquisa documental** é similar à bibliográfica, mas consiste na análise de documentos que não receberam nenhum tipo de tratamento, tais como: documentos, arquivos, tabelas, relatórios, etc. É muito utilizada nas ciências sociais e humanas por se tratar de uma técnica que busca, por meio da interpretação de dados e informações, compreender uma realidade ou fenômeno. A pesquisa documental é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, ou seja, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Pode ser um rico complemento para a pesquisa bibliográfica.

De acordo com Ludke e André (1986, p.43) “A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

No presente trabalho de conclusão de curso, analisamos documentos, como tabelas, gráficos, relatórios e regulamentações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CENSOSUAS, CADSUAS (Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social), GESUAS, MDS (Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome), entre outros, em que foi possível extrair informações para a construção de análises

qualitativas e quantitativas a respeito da assistência social no município de Mariana, dos pontos de vista econômico e social.

Por fim, a análise de dados, que é o trabalho dedicado ao aprofundamento sobre o objeto de estudo a partir de suas principais fontes, nesta pesquisa, utilizamos principalmente os dados de sites oficiais e governamentais. Este processo compreende a investigação, armazenamento e acompanhamento das informações em formato de dados para obter novos conhecimentos, dessa forma extrair informações úteis através dos dados coletados.

2. QUESTÃO RACIAL E FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA

O debate a ser desenvolvido neste capítulo busca uma breve contextualização acerca da formação social brasileira, com recorte para a questão racial, o que é fundamental para compreendermos os desafios atuais e para orientar ações e políticas que visem promover uma sociedade mais justa e igualitária, sendo a formação social brasileira o resultado de uma série de processos históricos, econômicos, políticos e culturais que moldaram e moldam a sociedade. A formação brasileira possui as bases fincadas na cultura da escravidão do povo negro e da exploração do solo.

2.1 Colonização, escravidão e racismo: base da formação social brasileira

A escravização de negros no Brasil teve na hierarquização das diferenças raciais a justificativa para acontecer. Foi difundida a ideia de raça como uma forma historicamente construída para identificar os diferentes grupos de seres humanos no mundo. A ideia errônea de raça como inferiorização humana, foi construída no século XVI, ideologia utilizada para justificar diferentes formas de violências e massacres de povos não brancos.

Dessa forma, essa ideologia difundida situou os nativos da terra e os africanos como naturalmente inferiores aos europeus, e foi a constituição dessa ideia que fundamenta as relações de dominação e as conquistas de territórios pelos portugueses no Brasil. E mesmo com a posterior independência da colônia de seus dominadores, essa ideia permaneceu no seio da sociedade, se tornando assim uma ideologia muito forte, subalternizante, inferiorizando os povos indígenas, africanos e seus descendentes. A formação social brasileira está intrinsecamente ligada à questão racial do país, que é um grande desafio a ser combatido na atualidade.

O conceito do termo “colonialismo” que utilizaremos no decorrer deste trabalho, constitui-se em um sistema de práticas, teorias e ações elaboradas para criar e manter relações de poder sobre territórios distantes geograficamente, e foi esse o sistema que Portugal utilizou na colonização do Brasil.

Quando o Brasil se tornou colônia de Portugal em 1530, inicialmente tinha como principal função fornecer açúcar, madeira, ouro, algodão dentre outros alimentos e matérias primas brasileiras para a capital portuguesa, desta forma, a agricultura se tornou a base da economia colonial, tendo como alicerce: a terra (propriedade), a monocultura e a mão de obra

escravizada. Para a implantação do plantio de açúcar nas terras brasileiras, Portugal já possuía o conhecimento para o cultivo, mas não possuía mão de obra, e contratar trabalhadores da Europa seria muito dispendioso, e com o mercado de escravizados em ascensão, Portugal introduz no Brasil a escravização de negros e negras africanos.

...A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1536 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. (NASCIMENTO, 2016, p.43)

A comercialização de escravizados no Brasil se mostrou muito rentável, pois o transporte marítimo era facilitado devido à localização geográfica da costa do Brasil e da África, e dessa forma reduzia-se as mortes, e conseqüentemente, a queda no preço de cada um deles.

A escravidão era vista como elemento suplementar à realidade na qual se realizavam esses choques de culturas. Quando, inclusive, estudava-se o tráfico negreiro e a sua importância numérica tinha-se mais a preocupação de saber-se a procedência regional desses escravos para aferir-se o seu nível de importância cultural no conjunto da sociedade brasileira. (MOURA, 1988, p.32)

O crescimento interno da população da colônia, foi majoritariamente dos africanos escravizados e seus descendentes, fomentando, inclusive, um mercado interno. O autor Abdias Nascimento mostra que a escravidão trouxe mais do que mão de obra para o Brasil, como o crescimento populacional, oriundo da comercialização incessante de escravizados.

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. (NASCIMENTO, 2016, p. 44)

Uma das estratégias utilizadas pelos portugueses no colonialismo para manter o controle foi a tentativa de embranquecimento da população. Essa estratégia era realizada através do estupro da mulher negra pelos homens brancos, que se achavam donos do corpo e da vida dessas mulheres. Essa prática era comum entre os senhores e as mulheres escravizadas. Os filhos frutos destes abusos eram chamados de: mulato, pardo, moreno, etc. Por terem o sangue misto eles eram elevados para alguns trabalhos, como exemplifica Nascimento.

Situado no meio do caminho entre a casa e a senzala, o mulato

prestou serviços importantes à classe dominante. Durante a escravidão, ele foi capitão-de-mato, feitor e usado noutras tarefas de confiança dos senhores, e, mais recentemente, o erigiram como um símbolo da nossa “democracia racial”. (NASCIMENTO, 1988, p.63)

Esse processo de miscigenação, foi uma tática dos portugueses para acabar com a “raça negra” no país. “Durante os tempos da escravidão, esta política de embranquecer a população estruturava-se de forma a limitar de qualquer maneira o crescimento da população negra” (NASCIMENTO, 2016, p.64).

Além do processo de miscigenação, a cristianização também cumpriu seu papel na tentativa de embranquecimento da população, convertendo muitos dos africanos para o catolicismo, ainda que eles tenham conseguido manter suas heranças culturais, expressando-a através da oralidade, linguagem corporal, danças, cantos e por meio da própria religiosidade, que era praticada de maneira escondida e disfarçada. Tratava-se de ressignificar a nova vida no continente americano. Mas, em contraposição, era uma justificativa por parte dos portugueses para a escravização - a “necessária” cristianização dos povos africanos, usando o argumento de “salvação da alma” e fortalecendo o catolicismo que andava abalado desde a Reforma Protestante. Ainda assim, os escravizados conseguiram compreender o catolicismo e sincretizar com a própria religião, desse modo mantendo as próprias crenças.

Por outro lado, sendo o sincretismo um movimento que se dá a partir do candomblé, é dele que parte a iniciativa de definir o que e o como sincretizar, a partir da face que o catolicismo lhe mostra. Deste modo, podemos supor que nem todas as crenças e práticas nele compreendidas tenham se destinado a cumprir o papel de iludir o senhor branco em relação ao catolicismo do negro escravo, como se costuma raciocinar, sobretudo diante da associação de santos e orixás, sua face mais popular. Associações menos visíveis, de conhecimento exclusivo dos iniciados e que escapam a esta interpretação, podem ter sido também construídas (CONSORTE, 2000, p.03)

Devido às péssimas condições de vida e de trabalho, os africanos resistiram de diferentes formas ao regime escravagista, recusando-se a trabalhar, cometendo crimes, suicídio, fugindo ou realizando revoltas, se organizando em quilombos. Os movimentos quilombolas alimentaram a esperança de diversos escravizados em busca de liberdade, mas não somente neles, como também em diversos membros da sociedade como engenheiros, advogados, escritores e etc, que não aceitavam a escravidão e participaram de movimentos abolicionistas.

O término legal da escravidão ocorreu apenas em 1888, através de um ato institucional. Entretanto, a abolição da escravatura ocorreu sem proporcionar nenhuma

garantia de dignidade para os recém “libertos”, o que os colocou às margens da sociedade. O governo vigente foge da sua responsabilidade em oferecer amparo para os ex-escravizados, como afirma Moura:

À medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criou as premissas da sua marginalização social. (MOURA, 1994, p. 71)

O sistema monárquico entrou em colapso com as diversas revoltas, alimentadas pelos anseios políticos de independência através da república. Esse desejo se espalhou por diversas províncias brasileiras, eclodindo então em muitas rebeliões populares, como: Balaiada, Sabinada, Guerra dos Canudos, e etc.

"A burguesia nacional não teve força para impor uma revolução que rompesse com a ordem escravocrata. Em vez disso, ajustou-se aos limites impostos pela aliança entre as elites agrárias e o capital estrangeiro." (Fernandes, 1975, p. 80).

Em 1889, o país torna-se uma república. Apesar da mudança no cenário político, e as lentas conquistas que serão adquiridas no decorrer da história republicana brasileira, seguimos com uma sociedade extremamente desigual do ponto de vista racial, como veremos a seguir.

2.2 Raça, racismo e formação social brasileira

A Revolução Burguesa no Brasil foi um conjunto de transformações econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e políticas, que ocorreram na implantação do capitalismo. Florestan Fernandes (1975) evidencia as particularidades nacionais, comparando com as revoluções burguesas clássicas que ocorreram na Europa. O autor argumenta que a revolução que ocorreu no Brasil foi incompleta e peculiar, influenciada principalmente pelos fatores históricos, sociais e econômicos do país. Fernandes (1975) argumenta que a burguesia brasileira ascende ao poder sem romper totalmente com as estruturas arcaicas da sociedade colonial, destacando assim uma forte aliança entre a nova burguesia e as elites tradicionais, culminando em uma modernização conservadora que nutriu as desigualdades sociais já existentes.

Assim, ao contrário das revoluções europeias que destruíram as antigas estruturas feudais, no Brasil, a burguesia ascendeu ao poder sem romper completamente com o passado colonial e escravista. As antigas elites agrárias conseguiram manter uma parte significativa de

seu poder e influência, resultando em uma modernização que preservava muitas das características e desigualdades do período colonial (FERNANDES, 1975).

Josiane Soares Santos (2012) afirma que a modernização conservadora se refere ao processo de mudança econômica e social que, apesar de introduzir elementos modernos, como novas tecnologias ou formas de organização econômica, não altera significativamente as estruturas de poder existentes. No Brasil, essa modernização foi realizada de forma a manter os privilégios das elites agrárias e a estrutura social hierárquica. Ao contrário de outros países onde a modernização capitalista levou a transformações profundas nas relações de trabalho e na distribuição do poder, no Brasil, ela ocorreu de maneira que reforçava a ordem estabelecida, em que os detentores de terras e dos meios de produção se perpetuavam no poder, enquanto os que possuíam a força de trabalho como forma de subsistência continuavam às margens da sociedade e sem chances de ascensão social.

Mesmo com a chegada da industrialização e a expansão do mercado interno, as relações de trabalho mantiveram características tradicionais, paternalistas e de superexploração. A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre foi feita de maneira que as novas formas de trabalho mantivessem os trabalhadores em posições subalternas. A modernização não alterou a concentração de terras nas mãos de uma minoria, ao contrário, perpetuou as desigualdades sociais e econômicas. A elite agrária continuou tendo o controle sobre os principais recursos econômicos, limitando o desenvolvimento de uma classe média rural forte. (SANTOS,2012).

A urbanização e a industrialização são trazidas como fatores importantes para impulsionar a revolução, mas também trouxeram consigo novas contradições e desafios. Fernandes (1975) enfatiza que esta revolução não conseguiu democratizar a sociedade de forma abrangente, deixando à margem do progresso social e econômico grande parte da população.

O surgimento do proletariado urbano no país é parte fundante do processo de industrialização e urbanização. Fernandes (1975) argumenta que a formação do proletariado urbano foi marcada por uma exploração intensa e por condições precárias de trabalho. Ele menciona a falta de direitos trabalhistas, os baixos salários, e as jornadas de trabalho extenuantes como aspectos centrais da vida dos trabalhadores urbanos na época.

Merece destaque o papel dos sindicatos e das organizações trabalhistas na luta por melhores condições de trabalho e por direitos sociais. Mas, apesar dos avanços conquistados, as lutas trabalhistas enfrentaram forte resistência por parte das elites econômicas e políticas, resultando em um processo de mudanças sociais lento e cheio de obstáculos. Para Fernandes (1975), embora o proletariado urbano tenha se consolidado como uma força social importante,

sua capacidade de promover mudanças profundas na estrutura social e econômica do país foi limitada pelas condições específicas da revolução burguesa brasileira.

A aliança entre a burguesia e as elites tradicionais foi um fator determinante para a trajetória da revolução burguesa no Brasil. Fernandes (1975) argumenta que essa aliança foi instrumental para a estabilidade política e econômica, mas ao mesmo tempo, impediu uma transformação mais radical e democrática da sociedade. Essa cooperação resultou em um Estado que atendia fundamentalmente aos interesses das classes dominantes, garantindo a manutenção das desigualdades sociais e econômicas.

Fernandes (1975) destaca que a revolução burguesa no Brasil não conseguiu promover uma democratização ampla da sociedade. As políticas públicas e as reformas implementadas beneficiaram principalmente a classe média urbana e a elite econômica, deixando a maioria da população rural e urbana trabalhadora à margem. Isso resultou em um desenvolvimento econômico desigual e em uma persistente concentração de poder e riqueza. O autor também critica o processo de integração nacional, que foi conduzido de forma a fortalecer os interesses das elites e da burguesia industrial, enquanto marginaliza as regiões menos desenvolvidas e as populações mais vulneráveis. A integração econômica e política do país, portanto, aprofundou as disparidades regionais e sociais, em vez de mitigá-las.

Fernandes (1975) detalha as condições de trabalho enfrentadas pelo proletariado urbano. Ele menciona que os trabalhadores eram submetidos a jornadas longas, baixos salários, e condições de trabalho insalubres. As fábricas e outras unidades industriais frequentemente ignoravam normas de segurança e saúde, resultando em um ambiente de trabalho perigoso e desgastante.

Além disso, as condições de vida dos trabalhadores eram precárias. As cidades brasileiras, em rápido crescimento, não estavam preparadas para acomodar a massa de trabalhadores que migrava do campo para os centros urbanos. A infraestrutura urbana, incluindo habitação, saneamento e serviços públicos, era insuficiente, levando a situações de superlotação e insalubridade nos bairros operários.

Os trabalhadores começaram a se unir para lutar por melhores condições de trabalho, salários mais altos e direitos trabalhistas. No entanto, conforme Fernandes (1975), essas lutas enfrentaram forte resistência por parte dos patrões e do Estado. As organizações sindicais emergentes enfrentaram repressão e perseguição, mas conseguiram conquistar alguns direitos importantes ao longo do tempo, como a regulamentação da jornada de trabalho e a criação de leis trabalhistas. O autor enfatiza o papel crucial dessas organizações na conscientização e mobilização dos trabalhadores.

Apesar das lutas e conquistas da classe trabalhadora, fica em evidência que "A transição para o capitalismo no Brasil não foi acompanhada de uma inclusão social ampla. As massas populares, especialmente os negros, permaneceram marginalizadas e excluídas do processo de modernização" (FERNANDES, 1975, p. 165).

Conforme Santos (2012), ao longo do tempo, o Estado brasileiro desempenhou um papel muito importante para a manutenção e adaptação do capitalismo às necessidades das elites dominantes, custando o desenvolvimento econômico e social do país, e o resultado é uma economia com grande desigualdade regional e social, onde as classes trabalhadoras ficaram marginalizadas e sem acesso aos benefícios do crescimento econômico. Essas características são essenciais para compreender a formação social brasileira e as desigualdades persistentes no país.

No debate das desigualdades sociais no Brasil, a questão do racismo merece destaque, tendo em vista que perpassa toda a formação sócio-histórica brasileira, sendo estrutural na constituição capitalista. Conforme Clóvis Moura (1925), o racismo se torna um importante mecanismo para legitimar e justificar a dominação, através da exploração dos povos não considerados brancos. O racismo se tornou um mecanismo muito importante para o controle da população insatisfeita, e com o tempo, o racismo deixa de ser somente um produto da escravidão.

O negro foi jogado nas periferias, uma política de extermínio, mantendo-os no subemprego, desemprego, e à mercê de diversas doenças, como desidratação, raquitismo e tuberculose. O extermínio da população negra, e a miscigenação foram estratégias de embranquecimento da população (MOURA, 1925).

...como complemento, criou-se o mito da benignidade da escravidão no passado e da democracia racial no presente. A permanência da escravidão até 1888, inibiu e traumatizou todas as possibilidades de uma alternativa democrática para a sociedade brasileira, especialmente nas relações inter-étnicas. (Moura. 1925, p. 22)

O mito da democracia racial, que surge a partir da necessidade de controlar a população negra, em que pregava-se que o país era uma sociedade harmônica pelo ponto de vista racial, em que todos os diferentes grupos étnicos conviviam em pura harmonia, sem conflitos devido às diferenças, foi importante na reprodução das desigualdades raciais. Segundo Moura (1925) "a democracia racial é, portanto, o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio físico e social contra o negro brasileiro", essa ideologia desarticula a consciência crítica e faz com que as origens étnicas e raciais sejam apagadas.

Na sociedade contemporânea, o mito da democracia racial é uma forma de mascarar o racismo estrutural, e dar continuidade a exploração dos povos oprimidos, pois, dessa forma o negro continua sendo subalternizado e não alcançando formas de realizar uma mudança estrutural que a sociedade precisa, a elite brasileira utiliza dessa ideologia para evitar a elevação social do negro na sociedade, e assim sempre manter o controle e o domínio.

O mito da democracia racial no Brasil é, na verdade, uma ideologia construída pelas elites para mascarar as relações de opressão racial e manter o status quo, onde o negro permanece em posição subalterna. Esse discurso não reflete a realidade das profundas desigualdades e do racismo estrutural que continua a marcar a sociedade brasileira. (Moura, 1994, p.48)

Ao mesmo tempo em que a democracia racial oculta a luta do povo negro, simula uma passividade na aceitação da condição de subalternidade, enquanto a verdadeira história mostra que todas as conquistas foram alcançadas através de muita resistência. A luta pela igualdade, dignidade, principalmente contra o racismo e a exclusão social é uma luta de resistência da população negra, e se evidencia através das revoltas, dos quilombos e na sociedade atual pelos movimentos sociais, são formas de desafiar o sistema capitalista e enfrentar o mito da democracia racial, encarando de frente o racismo estrutural e buscando formas de mitigar as desigualdades sociais presentes em nossa sociedade.

A resistência negra não foi um simples ato de negação à escravidão, mas um processo constante e organizado de luta contra a opressão, revelando-se em diversas formas, desde as fugas, a formação de quilombos, até as revoltas armadas e outros tipos de insurreição. Essa resistência foi fundamental para a sobrevivência cultural e social do negro no Brasil. (Moura, 1972, p. 28)

O racismo no Brasil está presente nas estruturas desde o princípio da formação social, se tornando parte de todas as instituições sociais, políticas e econômicas, dessa forma, tendo um racismo disfarçado pelo mito da democracia racial que faz com que as ações racistas se tornem sutis, o que dificulta muito a percepção da gravidade da ausência de políticas sociais e públicas.

A ideia de que o Brasil é uma democracia racial oculta as desigualdades e o racismo estrutural que permeiam a sociedade. A modernização capitalista, ao invés de superar essas barreiras, as reforçou e perpetuou. (FERNANDES, 1975, p. 195).

O fato de o Brasil não ter oficializado o racismo através de leis segregacionistas, como nos Estados Unidos e África do Sul, não significa um racismo mais brando, menos mortal, mas tal realidade foi utilizada para esconder o caráter racista da sociedade brasileira, e consequentemente, para a desqualificação de lutas antirracistas.

Não somos racistas, os racistas são os outros!" Essa voz forte e poderosa é o que chamo de inércia do mito da democracia racial brasileira como todos os mitos, funciona como uma crença, uma verdadeira realidade, uma ordem. Daí a dificuldade para arrancar do

brasileiro uma confirmação de que também seja racista. (MUNANGA, 2017, p.40)

Como Munanga (2017) nos faz refletir, o mito da democracia racial, com esse silêncio característico do racismo à brasileira, faz com que o racismo se torne um crime perfeito, pois subtrai a consciência do fato, ao mesmo tempo que mata, tanto fisicamente a vítima e a sociedade, e acaba também com a possibilidade de busca por justiça.

Observamos a reprodução do racismo, das senzalas às favelas, dos quilombos às comunidades. Na sociedade atual, podemos observar como as desigualdades sociais são escancaradas, tanto nas diferenças em acesso à educação, saúde, lazer, justiça, moradia, e etc, a população negra está sempre na base da pirâmide social.

O racismo estrutural não se refere apenas a atitudes individuais ou comportamentos explícitos de preconceito, mas está inscrito nas normas, práticas e instituições sociais que perpetuam a exclusão e marginalização de grupos raciais, especialmente negros e indígenas. É um sistema de poder que cria e mantém desigualdades, mesmo na ausência de atos conscientes de discriminação. (Almeida, 2019, p. 29).

O racismo estrutural pode ser identificado nos diferentes espaços. Na desigualdade na ocupação de negros em cargos de chefias, tanto no governo quanto nas grandes empresas brasileiras, que não passa de 10%, principalmente considerando que a população negra é mais de 54%, segundo o IBGE. Ou seja, o racismo está tão enraizado na estrutura do país. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Ethos com as 500 empresas com maior faturamento, em relação aos cargos de lideranças, pesquisa foi divulgada pelo G1, os negros estão entre 57% a 58% de Trainners e aprendizes mas em comparação com os cargos de liderança se encontra com uma taxa de 6% a 4%.

Através dos índices de acesso à educação, a desigualdade racial também se faz visível. Os dados mostram que os jovens negros são mais tendentes a abandonar os estudos e têm menos acesso ao ensino superior. Esse ciclo de exclusão limita cada vez mais as oportunidades de emprego, reproduzindo a pobreza entre as gerações, e cada vez mais afastando os jovens negros de melhores oportunidades. Angela Davis aborda que a equidade racial somente será alcançada através da educação.

A segregação racial na educação é uma das formas mais perversas de privação de direitos que uma sociedade pode impor, porque limita o potencial de gerações inteiras de se desenvolverem, condenando jovens negros a uma vida de menos oportunidades e mais exclusão. (Davis, 2016, p.129).

A desigualdade social também se evidencia através da violência e da segurança pública, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, aumentou em 11,5% o

número de homicídios da população negra, entre 2008 e 2018, em contraposição diminuiu em 12% de pessoas não negras. Em 2018, cerca de 4.519 mulheres foram assassinadas, 68% delas são mulheres negras. A população negra sofre muito mais com a violência e são a maioria das vítimas de homicídios e mortes injustificadas pela força policial.

O racismo está profundamente enraizado nas instituições de justiça criminal, criando uma dinâmica de encarceramento em massa e violência policial que afeta desproporcionalmente a população negra. Essas instituições foram estruturadas para manter as desigualdades raciais e continuam a reforçar a marginalização das comunidades negras. (Davis. 2005, p. 116).

Segundo Almeida, a superação do racismo estrutural não depende apenas de alteração na lei, mas de mudanças práticas sociais e institucionais que naturalizam a desigualdade. E como Angela Davis nos apresenta, os movimentos sociais de resistência são fundamentais para alcançar as mudanças e conscientização da população para enfrentar as bases históricas e culturais do racismo.

Para além do enfrentamento de todas as adversidades que a discriminação e o racismo estrutural trazem a sociedade, notamos também como o Racismo ambiental, sendo a discriminação racial na elaboração de políticas, leis e regulamentos ambientais que de alguma forma direciona as comunidades negras para áreas afetadas com lixões, localidades com riscos de desabamentos ou alagamentos, etc. Um grande exemplo do racismo ambiental é colonialismo, que com a chegada da abolição, os ex-escravos foram jogados a margem das sociedades. O racismo ambiental não é um fator isolado e sim um produto do racismo estrutural, sendo assim fazem com que a injustiça ambiental, atue fazendo com que os mais vulneráveis sejam mais atingidos pelas consequências dos danos ambientais.

O conceito “racismo ambiental” se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, de formas diferentes, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades por motivos de raça ou cor. Esta idéia se associa com políticas públicas e práticas industriais encaminhadas a favorecer as empresas impondo altos custos às pessoas de cor. (...) A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental. (BULLARD, 2005, p.)

O racismo ambiental, no Brasil se evidencia nas localizações das comunidades marginalizadas, sempre permeando locais poluídos por lixões, mineração, indústrias e poluentes, e locais com riscos geológicos de desmoronamento e alagamentos, quase sempre sem os direitos ambientais básicos como saneamento e água potável, não podendo ter uma participação ativa nas tomadas de decisão que poderiam solucionar diversos dos problemas enfrentados, mesmo sendo os mais afetados mediante os desastres ambientais, são também os que menos recebem apoio e assistência para realizar a recuperação adequada.

De acordo com pesquisas realizadas pela fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ (2010), as principais populações atingidas por desastres ambientais são as que vivem nos campos e regiões costeiras nos territórios da expansão capitalista sendo os principais atingidos as comunidades indígenas, agricultores, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, portanto não é aleatório como as características socioeconômicas e raciais são os fatores mais marcantes dessa população atingida.

Atualmente tivemos um exemplo claro de como o racismo ambiental afeta principalmente a população negra e indígena, o Rompimento da Barragem de Fundão, que foi considerado o maior crime ambiental do Brasil e do mundo, podemos ver claramente as consequências do racismo ambiental. Segundo o IBGE, cerca de 80% da população de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, destruído pela barragem de Fundão, eram pretos e pardos, a lama de rejeito atingiu principalmente comunidades, quilombolas, ribeirinhas e de trabalhadores rurais, destruindo a fonte de renda e o modo de vida dessas comunidades, impactando diretamente a vida e a história dessas pessoas.

Assim sendo, o enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial requer uma abordagem coletiva, que precisará passar por reformas sistemáticas, uma educação antirracista e a equidade das oportunidades, somente dessa maneira é possível alcançar verdadeiramente uma sociedade justa e igualitária.

3. CAPITALISMO DEPENDENTE E A MINERAÇÃO

Neste capítulo, iremos abordar o capitalismo dependente a partir da realidade brasileira e seus desdobramentos para a sociedade. Diante os determinantes da condição de dependência do país, temos a superexploração da força de trabalho, que se desenvolveu durante os avanços do modo de produção capitalista, cedendo espaço para a precarização e flexibilização. Essa categoria da superexploração se desenvolve na mineração da região de Mariana -MG, produzindo cada vez mais desigualdades sociais, valorizando a produção de mais valia e expansão dos seus lucros, e em contrapartida, o descaso com a vida dos trabalhadores.

3.1 Capitalismo Dependente

Com o intuito de nos aproximarmos do pensamento de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente, é necessário compreender o conceito, e assim expor as contribuições no contexto da sociologia crítica. Além de que, a obra de Fernandes traz uma reflexão acerca da dinâmica da realidade social brasileira, discussão essa que é mais do que necessária para a construção deste trabalho.

Florestan coloca em destaque os indivíduos invisibilizados, a classe trabalhadora, a qual pouco se escrevia na época. Ao se dedicar sobre a questão da inserção social desses indivíduos invisibilizados pela sociedade, Florestan desperta a atenção de que, o alcance de uma sociedade livre e igualitária só é viável de acontecer com base na apropriação do aprendizado acrescido para todas as pessoas.

Com a intenção de explicitar o conceito de Capitalismo Dependente, ele recorre aos termos -escravocrata, periférico e dependente-, estabelecendo o que ele chama de capitalismo incompleto, tardio e subordinado ao imperialismo, vigente no domínio das estruturas políticas, resultando em uma autocracia burguesa, gerando um desenvolvimento economicamente desigual, atrasado e dependente no país. Diante a revolução burguesa brasileira, atrasada e incompleta, Florestan viu esse processo como um acontecimento estrutural, que conseguiu engendrar os vários modos de produção.

O capitalismo dependente está sempre se transformando, seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas sem, no entanto, conseguir mudar o padrão de transformações, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo. (Fernandes, 1973b, p. 55)

Florestan (1974) conceitua o desenvolvimento capitalista como uma “revolução burguesa”, traduzindo o conjunto das transformações econômicas, sociais, políticas e etc, que se efetivaram no auge do avanço do capitalismo industrial. Já nos países subdesenvolvidos, o capitalismo se amplia em “condições heterônomas”, em semelhança com as classes dominantes que são conciliáveis com a “dominação imperialista externa”. Para o autor, os termos dependência e subdesenvolvimento não foram apenas “impostos de fora para dentro”, mas ambos fazem parte de uma tática, replicada sob várias situações ao longo da evolução externa e interna do capitalismo. (Fernandes, 1987, p.223).

O progresso interno do capitalismo no Brasil, de acordo com Florestan (1987, p.222-223), se fragmenta em três fases com definições diferentes: primeira se denomina como a transferência neocolonial para o “mercado capitalista moderno”, que prevaleceu da abertura dos portos até metade do século XIX, quando aconteceu a crise do sistema de produção escravista. A segunda fase averiguou a expansão do capitalismo competitivo, que consolidava a economia urbano-comercial, e a mudança para a industrial, que se desenvolveu durante o século XIX até cerca de 1950. E por fim a terceira fase, que foi denominada como “irrupção do capitalismo monopolista”, que veio com a eclosão das grandes corporações exteriores e estatais, representando a reestruturação do mercado e do sistema de produção.

O padrão de desenvolvimento neocolonial é profundamente diverso do padrão colonial de desenvolvimento. Pois, por seu intermédio, a cidade sai do marasmo econômico e passa, com vigor crescente, a satelitizar tanto o fluxo e o crescimento do comércio interno quanto a produção escravista em geral. (Fernandes, 1987, p.226).

Além da evolução do modelo de produção, Fernandes nos apresenta que “as ideologias e as utopias das nações hegemônicas são também as ideologias e as utopias das classes dominantes das nações dependentes” (FERNANDES, 2005, p. 366). O desenvolvimentismo apresentado neste período, não só no Brasil, mas na maior parte da América Latina, serviu como arma ideológica das forças econômicas e sociais predominantes que “no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional”.

A nova etapa de incorporação às economias centrais, sob o padrão de desenvolvimento econômico inerente ao capitalismo monopolista, proporcionou à burguesia brasileira a oportunidade de dar um salto gigantesco, que permitia, a um tempo, revitalizar as bases materiais do poder burguês e revolucionar o modo pelo qual ele se equacionava, historicamente, como dominação de classe especificamente burguesa. (Fernandes, 1987: 265)

Deste modo, podemos ver como o capitalismo dependente está totalmente engendrado ao modo de produção vigente no Brasil, e desta maneira, interfere diretamente nas políticas públicas. É nesse modo de produção capitalista dependente e de superexploração da força de trabalho que a mineração se insere, buscando cada vez mais a produção de mais valia, não se importando com a classe trabalhadora e com o meio ambiente de onde retiram a matéria prima da sua produção.

O capitalismo dependente, caracterizado pela integração subordinada das economias periféricas ao mercado global, encontra na mineração um exemplo claro de superexploração da força de trabalho e de desconsideração pelos impactos ambientais. Esse modelo, ao focar na produção de mais-valia e no lucro a qualquer custo, agrava as desigualdades sociais e destrói ecossistemas inteiros, sem retornar os benefícios adequados às comunidades afetadas." (Marini, 1973, p.59).

A lei do valor organiza e movimenta a produção mercantil da sociabilidade burguesa, a estrutura e a mantém, sendo assim, a mercadoria é o seu elemento fundamental. E na interação do homem x natureza, e homem x homem, são desenvolvidos os processos de trabalho, transformando-se em novos produtos, sob forma de mercadoria. A própria força de trabalho transforma-se em mercadoria, isto é, sendo possível de ser vendida e comprada. Através do desenvolvimento das forças produtivas e do modo de produção econômico e social, tem-se a privatização dos meios de produção. Mediante isso, Marx (2013, p. 695) afirma que:

A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contêm mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contêm uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago. Portanto, as condições de sua venda, sejam elas favoráveis ao trabalhador em maior ou menor medida, incluem a necessidade de sua contínua revenda e a constante reprodução ampliada da riqueza como capital. (MARX, 2013, p. 695).

A superexploração da força de trabalho e a ampliação da mais-valia é um movimento contínuo do ciclo produtivo do capital, reproduzindo-se amplamente, tendo por objetivo a “valorização do valor”, sendo um movimento que não é feito para satisfazer as necessidades humanas, e sim para a satisfação do capital, pelo ímpeto da acumulação capitalista. Através desse fundamento, podemos evidenciar dois movimentos: a concentração e a centralização do capital.

Cada capital individual é uma concentração maior ou menor de meios de produção e dotada de comando correspondente sobre um exército maior ou menor de trabalhadores. Cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação. Juntamente com a massa multiplicada da riqueza que funciona como capital, ela amplia sua concentração nas mãos de capitalistas individuais e, portanto, a base de produção em larga escala e dos métodos de produção especificamente capitalistas. (MARX, 2013, p. 701).

Marx (2013), no capítulo IV do livro I de “O Capital”, afirma que: “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem”, forças “que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo”. (MARX, 2013, p. 242). No capitalismo, essas “forças” e “capacidades físicas e mentais” se tornam mercadorias compradas pelo capitalista, que passa, dessa maneira, a ‘utilizar’, quer dizer, a ‘explorar’ a força de trabalho na produção. A ‘exploração’ dessa força de trabalho se dá pela expropriação do trabalho excedente que essa mercadoria tem a capacidade de produzir, ou seja, do valor excedente ou mais-valia que ela tem capacidade de produzir, em relação ao trabalho necessário (para cobrir seu próprio valor, seus próprios custos de produção). (BERTOLLO, 2017, p. 62)

Seguiremos refletindo sobre a categoria superexploração da força de trabalho, mas agora a partir da mineração, principalmente apresentando a realidade produtiva minerária da região de Mariana-MG.

A mineração está profundamente ligada ao capitalismo dependente, pois no Brasil é a atividade central para a economia, gerando riqueza a curto prazo, através da exploração das riquezas minerais e a exportação para países desenvolvidos, ampliando cada vez mais a dependência e a superexploração da força de trabalho. A mineração nos mostra como a exploração dos recursos naturais é uma fonte rentável para a economia dos países periféricos e de economia dependente do capitalismo global.

3.2 Mineração

A mineração tem seu marco inicial no século XVII, período em que foram descobertas jazidas de ouro na região de Minas Gerais, e dessa forma, as áreas atuais de Mariana e Ouro Preto se tornaram grandes centros de extração mineral. Assim que os bandeirantes fizeram essa descoberta, a notícia se espalhou e com isso veio um grande fluxo migratório para a região, muitas pessoas com sonhos de fazerem riquezas encontrando ouro, com isso o crescimento demográfico se intensificou, sendo necessária a construção de vilas e cidades, como Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, São João Del Rei e Sabará.

A pressão por resultados rápidos tornou as atividades minerárias mais intensas e arriscadas, pois os mineradores exploravam incansavelmente as minas com suas técnicas rudimentares para separar o ouro dos demais sedimentos, além de enfrentarem condições precárias de trabalho e moradia em barracos próximos aos locais de mineração, o trabalho de extração do ouro era árduo e perigoso, mas pela chance de enriquecimento rápido, enfrentavam todas as adversidades. As primeiras formas de mineração do ouro e diamantes eram realizadas através de aluviões e eram retirados manualmente com pás e lançados nas calhas, posteriormente bateados, e os rejeitos eram lançados manualmente nos locais mais próximos.

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 2005, p. 140).

Com o passar dos anos, a maneira com que era feito o garimpo se tornou obsoleta. Uma das primeiras minas mais sofisticadas, que passaram a empregar novas tecnologias que serviram de referência mundial em relação a lavras subterrâneas, foram as de exploração de ouro, especialmente a localizada em Passagem de Mariana, distrito da cidade de Mariana-MG, no ano de 1819, melhorias essas trazidas por engenheiros e capitães de minas da Inglaterra e Alemanha.

A mineração é um dos pilares da sustentação econômica do Brasil. O território brasileiro que ganha destaque, devido sua presença significativa especialmente do minério de ferro, é o Estado de Minas Gerais, sendo um território com uma imensa riqueza natural subterrânea. São diversos e inúmeros os tipos de minério encontrados em seu solo, o que o torna um estado com um enorme caráter minerário. Minas Gerais tem uma história de vários ciclos da mineração: ouro, esmeraldas, diamantes, dentre outras gemas, e que sempre atraiu grandes mineradoras para explorar a região.

A extração mineral se torna uma das fontes principais de matéria prima para os setores mais importantes da economia global, os minerais metálicos como o ferro, alumínio e o cobre são essenciais para a fabricação de componentes principais para diversas indústrias; os minerais não metálicos são fundamentais para a construção; o lítio é importante para a indústria eletrônica, para a produção de baterias recarregáveis, principalmente de celulares e computadores; dentre outros setores fundamentais para a economia que dependem da extração mineral.

De acordo com Bertollo (2017, p. 142), “o estado de Minas Gerais, que como o próprio nome já deixa entendido, é um território com uma imensa riqueza natural subterrânea”, pois possui uma região repleta de jazidas minerais, e segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Minas Gerais é o Estado referência em mineração no Brasil, e possui cerca de 53% do minério exportado para diversos países.

Diante um capitalismo dependente, a mineração é um dos recursos naturais mais explorados e exportados pelo Brasil. A indústria minerária super explora a força de trabalho, produzindo cada vez mais, enquanto amplia os super lucros.

Defendemos que a superexploração da força de trabalho se posiciona no contexto da mineração extrativista através de diferentes conformações das relações de trabalho, seja via pagamento de baixos salários, jornada de trabalho intensiva e prolongada, condição de desemprego conforme os ciclos produtivos, terceirização, flexibilização das legislações, baixa remuneração e enquanto fundamento da condição de dependência em que o país insere-se. (BERTOLLO, 2017, p.162)

Para o município de Mariana, a mineração sempre foi a fonte principal de economia, desde sua fundação, em que se encontrava uma grande quantidade de ouro nessas terras. Nos dias atuais, podemos observar as grandes mineradoras super explorando a força de trabalho dia a dia, gerando cada vez mais e mais lucro, sem se importar com a qualidade de vida e segurança de seus trabalhadores. Como resultado, tivemos dois rompimentos de barragem em um período de menos de 5 anos; primeiro a Barragem de Fundão em 2015 com 19 mortos, e posteriormente, a Mina Córrego do Feijão localizada no município de Brumadinho, em 2019, esta última deixando 270 mortes, sendo considerada a maior tragédia humanitária do Brasil, enquanto a de Fundão é considerada como uma das maiores tragédias ambientais. Mesmo após dois rompimentos de Barragem, não houve um avanço significativo nas legislações referentes à segurança de barragens.

De acordo com Marini, sobre a produção e reprodução da acumulação capitalista, há um aumento da infraestrutura e da logística para produzir mais capital, aumentando assim a capacidade de extração mineral, e juntamente com isso, ampliando os riscos de novas barragens se romperem, e dessa forma agravar cada vez mais os problemas humanitários, ambientais e sociais. Com o intuito de reduzir os custos e aumentar os lucros, quem sofre com as consequências são os trabalhadores que passam a ter contratos de trabalhos terceirizados e precarizados.

A influência das mineradoras sob o poder público é tamanha que, mesmo o Estado sendo o órgão responsável em fiscalizar a segurança e qualidade das barragens, ou como afirmou Marx, o “Estado é o comitê executivo da burguesia”, e sendo responsável pelas fiscalizações das barragens, podemos compreender o motivo pelo qual a SAMARCO, possuía barragens sem comprovação exata de estabilidade, e mesmo sem a documentação, continuavam operando a todo vapor, colocando a segurança dos trabalhadores e dos moradores da região ao redor da barragem de lado em prol dos lucros.

... a catástrofe socioambiental sofrida pela bacia do rio Doce explicita também a ineficácia dos estudos/relatórios de impacto ambiental (EIA-RIMAs) e dos processos de licenciamento ambiental em prognosticar efeitos de grande magnitude ou cenários extremos. Análises deficientes e superficiais desenvolvidas na elaboração dos estudos e/ou práticas profissionais antiéticas têm provocado a subestimação dos impactos negativos e a superestimação dos efeitos positivos de grandes empreendimentos sobre as sociedades e o meio ambiente. O processo de licenciamento ambiental referente à barragem de Fundão se iniciou em 2005, sendo a primeira Licença de Operação do empreendimento concedida em 2008 – licença que se encontrava em processo de renovação no dia do rompimento. (MILANEZ et al., 2016, p. 31).

A mineração, além de ser a principal fonte de renda de Mariana, é também a maior empregadora para a população local, além de empregar pessoas de todas as regiões do país, que vêm morar na cidade, aumentando desenfreadamente a população da cidade, sem nenhuma mudança estrutural e social para atender essas novas demandas. Mesmo com o alto valor da receita municipal, referente aos tributos da extração mineral, não há o investimento necessário na política de assistência e serviços básicos para atender ao aumento expressivo da população. Segundo dados do DATASUS, “apesar de Mariana ser o primeiro município em repasses da CFEM em 2015, o município convive com indicadores sociais bastante insatisfatórios, em particular no que se refere à desigualdade de renda e à pobreza da área rural.” Essa realidade evidencia a associação de minério-dependência que a cidade vivencia, agravando a fragilidade ambiental, social e econômica, tornando a cidade cada vez mais refém das mineradoras.

4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PÓS ROMPIMENTO DA BARRAGEM

4.1 Política de assistência social

Na construção da proteção social brasileira, desde os primeiros rascunhos em 1923 até anterior à Constituição de 1988, a seguridade social se baseou na lógica do seguro, de garantir ao trabalhador e sua família, uma proteção limitada a quem está inserido no mercado de trabalho ou que contribui com a seguridade social, mensalmente como autônomo ou segurado especial.

A Constituição traz a assistência social como parte do tripé da seguridade social, juntamente com a saúde com direitos de caráter universal e a previdência que é restrita a quem contribui. A assistência é destinada a quem dela precisar, e tem como objetivo garantir a proteção social aos indivíduos, famílias e comunidades através de políticas públicas. Segundo Yazbek (1995), a assistência social é trazida para o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública como:

(...) campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como norte tornar visível a Política de Assistência Social como Política Pública de direito, pois visa garantir o atendimento às necessidades básicas (YAZBEK, 1995, p.13)

A assistência social passa a ser de caráter universal e de responsabilidade do governo. Como estabelece no artigo 203, da Constituição Federal:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
 I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
 II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
 III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
 IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
 V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, p. 63)

A inserção inovadora da assistência social no tripé da seguridade social pela Constituição foi fundamental para a construção da assistência social como política pública, regulamentada como direito da população e dever do Estado. Dessa maneira, passa a atuar nos mínimos sociais e combater os agravamentos da questão social através dos programas e serviços socioassistenciais, com a criação de estratégias para reduzir a pobreza, como: programa de geração de renda; proteção da maternidade, crianças e adolescentes; apoio aos idosos, deficientes, pessoas carentes, gestantes através de ações continuadas da assistência social. Assim deixa de ser somente uma ação que busca atender aos interesses do capital e

passa a ter um caráter de política pública de direito não contributiva e se estabelece no conjunto de políticas setoriais, visando principalmente o combate a pauperização buscando uma proteção universal dessa população.

Os marcos legais da Política de Assistência Social que se destacam são: Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS, 1993) que estabelece as diretrizes da assistência social através de uma estratégia política descentralizada; Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) que legitima o Sistema Único de Assistência Social (SUAS, 2005); Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS); Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Sem dúvida um avanço ao permitir que a assistência social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da Política Social. Como política de Estado, passa a ser um campo de defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade (YAZBEK, 1995, p. 10)

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, foi criada com o intuito de garantir uma política de proteção para quem dela precisar, essa lei foi promulgada através de uma luta conjunta principalmente de parlamentares e sociedade civil. Desde a sua instituição, a LOAS passou por muitas transformações, consolidando os princípios e aperfeiçoando, dando destaque a construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tornou os serviços de assistência mais descentralizados e efetivos para a população vulnerável. A LOAS define a assistência como:

Direito do cidadão e dever do estado, é política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p.7).

Passadas duas décadas de aprovação da LOAS, como resultado de um intenso e amplo debate, e como uma manifestação de resistência, é efetivada a Política Nacional de Assistência Social em 2004. A PNAS vai explicitar e tornar claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual detalha as atribuições e competências nos três níveis de governo, na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na LOAS e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada.

A PNAS seguiu o processo de construção e normatização nacional do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aprovado em julho de 2005. O SUAS está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquias do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil.

Sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política quando consegue traduzir-se nisto. (VIEIRA, 2004, p. 59).

A PNAS situa a assistência social como proteção social não contributiva, apontando para a realização de ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais inerentes aos ciclos de vida e para o atendimento de necessidades individuais ou sociais. Outra dimensão que cabe destacar nas políticas sociais é que a PNAS e o SUAS ampliaram os usuários da política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua). Evidenciando cada vez mais as condições de pobreza e vulnerabilidade, em que se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos trabalhadores e de suas famílias.

Dessa forma a PNAS, através da resolução do CNAS n°145 de 15/10/2004, confirma o teor da LOAS, e evidencia o caráter protetivo da implementação do SUAS, estabelecendo diretrizes, público alvo e organização das ações, através da introdução do SUAS, portanto a PNAS vai reconhecer os princípios estabelecidos por lei para a assistência social:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II – Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (Brasil, 2004, p. 26).

O SUAS tem como marco da fundação a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), resolução n°130 de 15/07/2005 do CNAS, que estabelece a organização do SUAS na região brasileira. O SUAS se estabeleceu como o sistema responsável pela implantação dos serviços e ações da assistência social, e possui uma estrutura

descentralizada, permanente, participativa e articulada com as políticas setoriais. Esse sistema apresenta como principais funções assistenciais a Vigilância Social, Proteção Social, e a Defesa Social e Institucional. É o SUAS que concretiza o conteúdo da LOAS, realizando os objetivos e resultados esperados para consagrar os direitos de cidadania e inclusão social. Através do SUAS é possível superar dois aspectos: superar a cultura assistencialista, do voluntariado, nepotismo e a superação da caridade disseminada, tudo possível devido a 23 normas de operação de parâmetros técnicos e profissionais, para efetivação da Assistência Social consolidando a LOAS, como política pública de direito se distanciando cada vez mais da base assistencialista.

Para normatizar a organização do SUAS, referenciando os trabalhadores na Política de Assistência Social, é realizada a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), pela resolução nº269 do CNAS de 13/12/2006, que representa um avanço na profissionalização da política de assistência social, com intuito de garantir aos usuários do Sistema Único de Assistência Social acesso a serviços públicos de qualidade. E em 2009 temos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, pela resolução nº109 em 11/11/2009, que é o instrumento normativo da Política de Assistência Social e trata prioritariamente da organização dos serviços de proteção social do SUAS por níveis de complexidade, dividindo em: Proteção Social Básica (PSB); Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade.

No que se refere a Proteção Social Básica (PSB), tem como objetivo prevenir as situações de riscos através do desenvolvimento das potencialidades, por meio do fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade, e é destinado a população que se encontra em situação de vulnerabilidade social devido a pobreza e fragilidade de vínculos afetivos. A PSB é estruturada de acordo com o porte de cada município, os equipamentos gerenciam e executam as ações por meio da rede de serviços socioeducativos, acompanhando os beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada, dos beneficiários de benefícios eventuais e de programas de inserção produtiva. Essas atividades são executadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por meio de serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. As atividades desenvolvidas nos CRAS's, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais são:

Todos os serviços da proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência do CRAS, em especial os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, bem como o serviço de suporte domiciliar devem ser a ele referenciados e manter articulação com o PAIF. É a partir do trabalho com famílias no serviço PAIF que se organiza os serviços referenciados ao CRAS. O referenciamento dos serviços socioassistenciais da proteção social básica ao CRAS possibilita a organização e hierarquização da rede socioassistencial no território, cumprindo a diretriz de descentralização da política de assistência social (BRASIL, 2009, p. 6).

Já a Proteção Social Especial atua na atenção socioassistencial a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, mediante abandono, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, violência, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas e pessoas em situação de rua. A PSE está dividida em Média Complexidade e Alta Complexidade. A PSE de Média Complexidade atua quando os direitos já foram violados, mas ainda tem vínculo familiar, é executada através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que é composto por uma equipe técnica composta por no mínimo: um coordenador; um assistente social; um psicólogo e um advogado, que executam os serviços seguintes: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; Serviço de Proteção Social de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC);

No que se refere a Alta Complexidade, os serviços executados são de proteção integral, com o fim de garantir aos indivíduos e famílias toda a proteção que necessitar diante situações de ameaça e perda de referência familiar ou comunitária, sendo privado desse convívio de alguma maneira. São oferecidos os serviços de: Atendimento Integral Individual; Casa de Passagem; Família Substituta; Família Acolhedora; Casa de Passagem; Albergue; Trabalho Protegido e Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade.

Em todos os níveis de complexidade, a LOAS é reafirmada como princípio de sistema de proteção proativa, visando assim desconsiderar os usuários da assistência social dos serviços como objeto de intervenção, mas a considerá-los sujeitos de direito.

No SUAS, a rede socioassistencial é um conjunto de ações integradas de iniciativa pública e da sociedade civil que oferta e executa serviços, benefícios, projetos e programas, pressupõe a articulação com todas as unidades de proteção social vinculadas ao PSB e PSE, esses serviços socioassistenciais são compreendidos pelo artigo 23 da LOAS(1993) como atividades continuadas que visam melhorar a vida da população e cujas ações são voltadas às

necessidades básicas, observando os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei. A articulação em rede é de suma importância para o bom desenvolvimento da assistência, pois, uma vez articulados, buscam meios para que o indivíduo ou família superem a situação de vulnerabilidade vivenciada.

A articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado à fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes (BRASIL, 2011, p.63).

Dessa forma, compreende-se que para ampliar os efeitos da articulação da rede, é necessário que seja estabelecido um fluxograma para apoiar a relação entre os serviços, e dessa maneira, criar estratégias entre elas por meio de reuniões, eventos, fóruns, capacitações e etc, assim integrando as equipes envolvidas que atuam na rede. As ações desenvolvidas pelo SUAS, são gerenciadas por uma política federativa entre a União, Distrito Federal, Município e Estado e para acontecer é necessária a utilização de ferramentas de cooperação entre os órgãos, como: convênios, consórcios e comissões, e se caracterizam em: gestão inicial, gestão básica e gestão plena. E é a partir dessas divisões de gestão que é determinado o valor repassado para a proteção social de cada município e qual será a competência de cada. Essa estrutura, que organiza e dá direcionamento para as ações desenvolvidas pelo SUAS, considera o funcionamento de cada equipamento e dos serviços ofertados por eles, são elaborados de acordo que busquem efetivar e melhorar cada vez mais a efetivação do SUAS.

Como podemos compreender cada região e cada equipamento tem suas particularidades e características próprias para a execução dos serviços, mediante a demanda dos usuários. Trataremos a seguir sobre a realidade do município de Mariana e o rompimento da barragem de Fundão para, em sequência, abordarmos a política de assistência social na cidade.

4.2 Mineração em Mariana e o rompimento da barragem de Fundão

Mariana é a primeira capital, primeira vila, sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada em Minas Gerais. A história de Mariana, que tem como cenário a religiosidade, produções artísticas e busca pelo ouro, é marcada também pelo pioneirismo de uma região que guarda riquezas há três séculos que remetem ao tempo do Brasil Colônia. Em 16 de julho de

1696, bandeirantes paulistas liderados por Salvador Fernandes Furtado de Mendonça encontraram ouro em um rio batizado de Ribeirão Nossa Senhora do Carmo. Às suas margens nasceu o arraial de Nossa Senhora do Carmo, que logo assumiria uma função estratégica no jogo de poder determinado pelo ouro. O local se transformou em um dos principais fornecedores deste minério para Portugal e, pouco tempo depois, tornou-se a primeira vila criada na então Capitania de São Paulo e Minas de Ouro. Lá foi estabelecida também a primeira capital.

Em 1711 o arraial de Nossa Senhora do Carmo, como era chamada a cidade na época, foi elevado à Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo. Em 1745 o rei de Portugal, Dom João V, elevou a vila à categoria de cidade, nomeada como Mariana, uma homenagem à rainha Maria Ana D'Áustria, sua esposa. Um projeto urbanístico se fez necessário, sendo elaborado pelo engenheiro português militar José Fernandes Pinto de Alpoim. Ruas em linha reta e praças retangulares são características da primeira cidade planejada de Minas e uma das primeiras do Brasil. Além de guardar relíquias e casarios coloniais que contam parte da história do país, em Mariana nasceram personagens representativos da cultura brasileira. Entre eles estão o poeta e inconfidente Cláudio Manuel da Costa, o pintor sacro Manuel da Costa Ataíde e Frei Santa Rita Durão, autor do poema “Caramuru”.

A cidade é pioneira em comunicação, nas suas terras foi instalada a primeira agência dos Correios no Estado, em 1730. Na época conhecida como “Correio Ambulante”, ela estabelecia a comunicação entre Rio de Janeiro, São Paulo e a capital mineira. Em 1945, Mariana recebe do presidente Getúlio Vargas o título de Monumento Nacional por seu “significativo patrimônio histórico, religioso e cultural” e ativa participação na vida cívica e política do país, contribuindo na Independência, no Império e na República, para a formação da nacionalidade brasileira. Segundo o último censo, Mariana possui atualmente cerca de 61.387 habitantes, e tem como atividade industrial principal a mineração, que é a forte geradora de empregos e receita pública. Os distritos do município desenvolvem diversas atividades agropecuárias e apresentam artesanatos variados, expressando a diversidade cultural de Minas Gerais.

É importante evidenciarmos que a empresa VALE S.A, é a maior produtora de minério de ferro e pelotas do mundo, sendo uma grande empregadora da superexploração da força de trabalho e da produção de mais-valia, tendo a maioria da sua mão de obra negra. A exploração da força de trabalho e a ampliação da mais-valia, é um movimento contínuo do ciclo produtivo

do capital, reproduzindo-se ampliamente, tendo por objetivo a “valorização do valor”, sendo um movimento que não é feito para satisfazer as necessidades humanas, e sim meramente para a satisfação do capital, pelo ímpeto da acumulação capitalista. Através desse fundamento podemos evidenciar dois movimentos: a concentração e a centralização do capital.

No município de Mariana, a Vale atua em quatro minas, sendo: Timbopeba, Fazendão, Fábrica Nova e Alegria, todas estão situadas dentro de um grande complexo chamado: Complexo Mariana Fazenda da Alegria. E foi neste mesmo complexo minerário que ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, que era de propriedade da Samarco.

As principais empresas de mineração que atuam na cidade são a Vale S/A e SAMARCO. No dia 05 de novembro de 2015 aproximadamente às 16:20 hrs, ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão, pertencente à empresa Samarco, que lançou um grande volume de lama no córrego de Santarém no interior do município de Mariana-MG. Como consequência direta houve 19 mortes entre funcionários e moradores da região, o distrito de Bento Rodrigues que se localizava logo abaixo da barragem foi totalmente destruído, além dele o distrito de Paracatu e o município de Barra Longa-MG. Após percorrer mais de 100 km a lama tóxica que continha resíduos de minério e outras substâncias danosas à saúde chegou até a Foz do Rio Doce. Esta situação recebeu destaque e grande repercussão na mídia em nível nacional, e também internacional devido a gravidade do impacto ambiental, social e econômico gerado.

No dia 05 de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da Barragem de Fundão, esta pertencente a empresa Samarco, no interior do município de Mariana-MG. Como consequência direta houve 19 mortes (de funcionários e de moradores da região). O distrito de Bento Rodrigues que se localizava logo abaixo da barragem foi totalmente destruído, além dele o distrito de Paracatu e o município de Barra Longa-MG. Após percorrer mais de 100 km a lama tóxica que continha resíduos de minério e outras substâncias danosas à saúde chegou até a Foz do Rio Doce. Esta situação recebeu destaque e repercussão na mídia em nível nacional, e também internacional devido a gravidade do impacto ambiental, social e econômico gerado. Diferentes movimentos sociais, sindicatos, ONGs, além do poder público das três esferas atuaram e atuam diretamente no atendimento às vítimas desse que é considerado o maior desastre ambiental dos últimos 100 anos (BERTOLLO, 2017, p.146)

A dependência econômica que o município de Mariana possui da mineração trouxe diversas fragilidades para a estrutura do município e região ao redor, o rompimento trouxe grandes consequências para a economia e sobrevivência da comunidade marianense, podemos ver o resultado desse desastre nos números abaixo:

Números da tragédia de Mariana

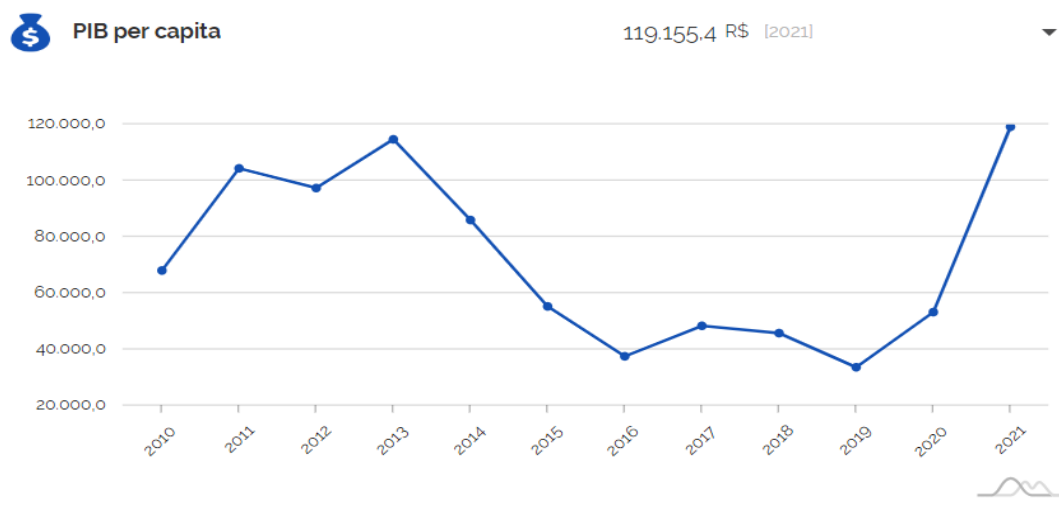
Quantidade de Lama	62 milhões de m ³
Cidades Atingidas	41
Vítimas Fatais	19
Famílias Desabrigadas	600
Vegetação Destruída	1469 hectares
Peixes Mortos	14 toneladas
Índice de Desemprego na Região	23,5%
Processos Judiciais Contra a Samarco, Vale e BHP	22
Previsão de Recuperação do Meio-Ambiente	Ano de 2032

FONTE: <https://www.todamateria.com.br/desastre-de-mariana>

Após o rompimento da Barragem, o cenário econômico, social e político da cidade alterou-se significativamente, devido a paralisação das atividades da Samarco, ao volume de atingidos que vieram para cidade, e ao grande aumento da população desempregada na cidade.

Com o impacto da crise econômica nas grandes empresas, causada pelo rompimento da barragem, podemos dizer que, baseado no autor Marini (2005) que para superar tal crise sem afetar a produção dos lucros, utiliza-se o que chamamos de mecanismos pelos quais a superexploração da força de trabalho acontece, que são: intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. Tais mecanismos são utilizados para compensar a perda de mais-valia decorrente da troca desigual entre a América Latina e países de capitalismo central-centralizadores de capital. Diante da impossibilidade de compensar esta perda no nível das relações de mercado, "a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna". (MARINI, 2005, p. 154).

Devido a dependência econômica que a cidade possui da mineração, a paralisação das atividades da Samarco teve um grande impacto nas finanças da cidade, que passa a arrecadar menos nos impostos e nos Royalties da mineração, que caíram em mais de 50% da arrecadação, além disso passa a abrigar mais moradores e ter mais demandas pelas políticas públicas. Em relação à crise econômica em Mariana, é fato que, antes mesmo do desastre, a partir de meados de 2014, já havia queda no cenário econômico da cidade, mas, mesmo assim, após o desastre o deslocamento das pessoas atingidas para Mariana foi associado à crise. Como podemos observar no gráfico abaixo, o PIB do município de Mariana, estava sofrendo uma queda a partir de 2014, mas tem seu pior momento em 2016, após o rompimento da barragem:



FONTE: IBGE CIDADES.

Com a queda do PIB da cidade, conseqüentemente o investimento em políticas públicas também reduz, e a Assistência Social sofre diretamente com essa redução, tendo cada vez menos meios para realizar seu trabalho com os usuários das políticas sociais.

4.3 Impactos na política de assistência social após o rompimento da barragem de Fundão

Na região de Mariana, podemos observar que a política de assistência social antes mesmo do rompimento da barragem de Fundão, já passava por diversos desafios, conforme Relatório da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (2016). A dependência econômica dos royalties da mineração influencia diretamente nas políticas públicas do município. Além disso, a mineração é a principal atividade empregatícia dos moradores marianenses, o que limita a diversificação econômica e do mercado de trabalho, criando uma mineração-dependência, o que é bastante frágil, como o rompimento da barragem deixou em evidência.

A política de assistência social em Mariana, mesmo antes do rompimento da barragem de Fundão, já enfrentava desafios substanciais. A dependência econômica das atividades minerárias não só influenciava diretamente a arrecadação municipal, como também condicionava as políticas públicas, incluindo a assistência social. A mineração, sendo a principal fonte de emprego e receitas, dificultava a diversificação tanto da economia quanto das políticas sociais. Esta dependência exacerbava as limitações do município em expandir suas políticas de inclusão e desenvolvimento social, criando um ciclo de vulnerabilidade que foi ainda mais acentuado com o desastre de 2015. (Relatório da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais - AMIG, 2016).

A secretaria de Assistência Social coordena as políticas sociais voltadas para a proteção social, como o Bolsa Família, dentre outras iniciativas que visam atenuar as expressões das desigualdades e da questão social, porém a capacidade de resposta da assistência social é totalmente limitada, principalmente devido aos recursos disponibilizados e a infraestrutura para atender a população mais vulnerável. Independente da economia considerada “próspera”, a desigualdade social e racial sempre esteve presente na realidade da população. Nos distritos e arredores rurais, as desigualdades ficam ainda mais em evidência, e por sua vez, a assistência social que já é fragmentada e com poucos recursos para atender toda a demanda da população, chega de forma ainda mais fragilizada nesses espaços distantes da sede.

Antes do rompimento da barragem, as poucas unidades de CRAS que o município possuía já passavam por tribulações, como a falta de investimento e a infraestrutura inadequada. Os limites ficam em evidência, incluindo a não abrangência de todos os distritos e subdistritos, e a dificuldade de atender com qualidade a todos os cidadãos em geral, que se encontram em situação de vulnerabilidade e necessitam do acesso às políticas públicas e aos direitos que lhes cabem.

Em relação ao orçamento direcionado para assistência social no município antes do rompimento da barragem, em sua maioria eram oriundos da arrecadação que a cidade fazia sob os impostos e royalties da mineração, mas com o desastre e a paralisação temporária das atividades minerárias, essa arrecadação diminuiu e conseqüentemente o repasse que era feito para a secretaria de assistência social caiu drasticamente, ao mesmo tempo em que aumenta a demanda pelas políticas assistenciais, com a chegada de diversas novas famílias, e muitos desafios que chegam juntos delas. No gráfico abaixo podemos observar alguns dados do impacto imediato do rompimento:

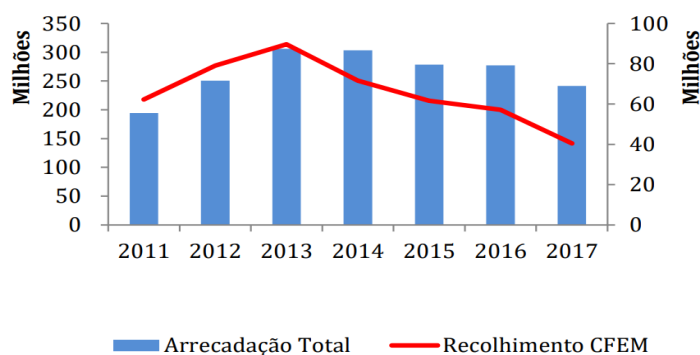
Após o rompimento da barragem, o município que tinha como a sua principal fonte de renda a mineração, se vê em crise para manter as políticas públicas e toda a estrutura municipal, além de todas as novas demandas conseqüentes do rompimento, como o novo contingente de moradores que habitavam nos distritos atingidos e que passam a viver na sede da cidade, aumentando cada vez mais a necessidade de apoio direto à aqueles atingidos, não só da assistência social, mas da saúde, educação e demais setores públicos. Com isso, foram diversos os desafios que a assistência social encontrou para atuar mediante as novas demandas que vieram com o rompimento. Iremos abordar alguns desses desafios a seguir.

O primeiro desafio foi o atendimento emergencial da população diretamente afetada pelo desastre, como o resgate dos sobreviventes, procura pelos desaparecidos, fornecer assistência médica e alimentação a aqueles que perderam tudo para a lama. O primeiro contato com os atingidos foi realizado em um ginásio em que todos esses atendimentos emergenciais foram dados em um só lugar. No frenesi de sentimento de alívio, desespero, tristeza, desesperança e com tudo que os atingidos tinham que lidar naquele primeiro momento.

O desafio seguinte foi o de abrigar e realocar essa população oriunda desses distritos atingidos, pois foram muitas as famílias que ficaram sem suas casas, o obstáculo em encontrar abrigos seguros e adequados para famílias e comunidades inteiras de regiões para além de Bento Rodrigues que também foram atingidos. Essas comunidades e famílias não só precisaram de auxílios materiais e abrigos, mas também de suporte psicossocial, pois enfrentar todo trauma, luto e ansiedade não seria possível sem a intervenção da assistência social, que forneceu todo o suporte psicossocial, mesmo sendo uma demanda sem precedentes para o profissional que ainda não possuía um aporte teórico sobre essa situação específica dos atingidos.

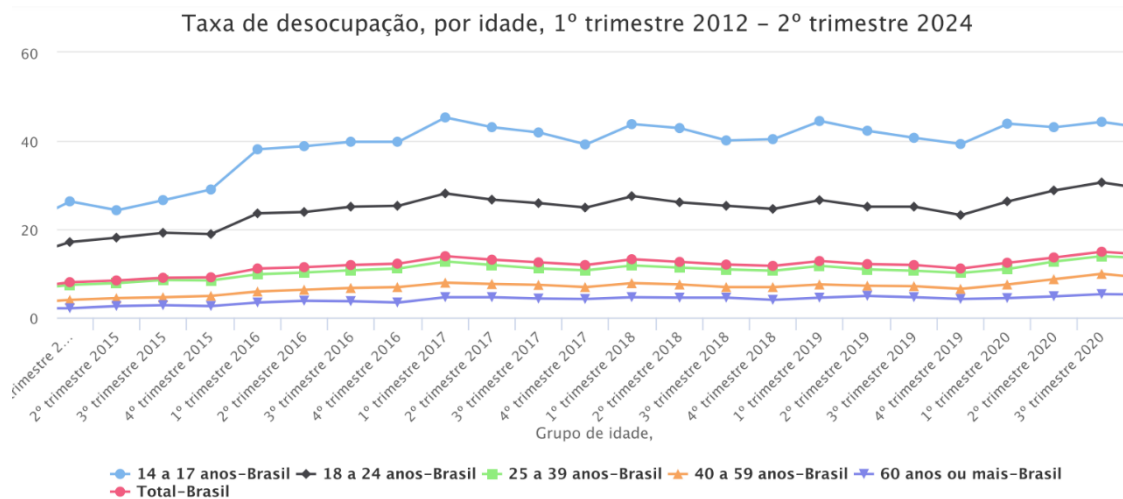
A economia também enfrentou diversos desafios, pois eram muitas as comunidades que dependiam da exploração do minério, o rompimento afetou drasticamente essas atividades que acabou reduzindo a arrecadação do município, e mais uma vez a assistência social vem de encontro na busca por soluções de recuperação econômica da cidade e principalmente para as comunidades atingidas. Segundo informações do G1 MG, o município de Mariana deixou de arrecadar 240 milhões com impostos e royalties da mineração, sendo a cidade a mais impactada em termos econômicos, pois teve que lidar com o desemprego da população e consequentemente o aumento pela procura dos serviços públicos tanto da assistência quanto da saúde.

Gráfico 2 – Evolução da Arrecadação Total e do Recolhimento da CFEM sobre a operação de Minério de Ferro, no Município de Mariana (2011 - 2017 em R\$ milhões)



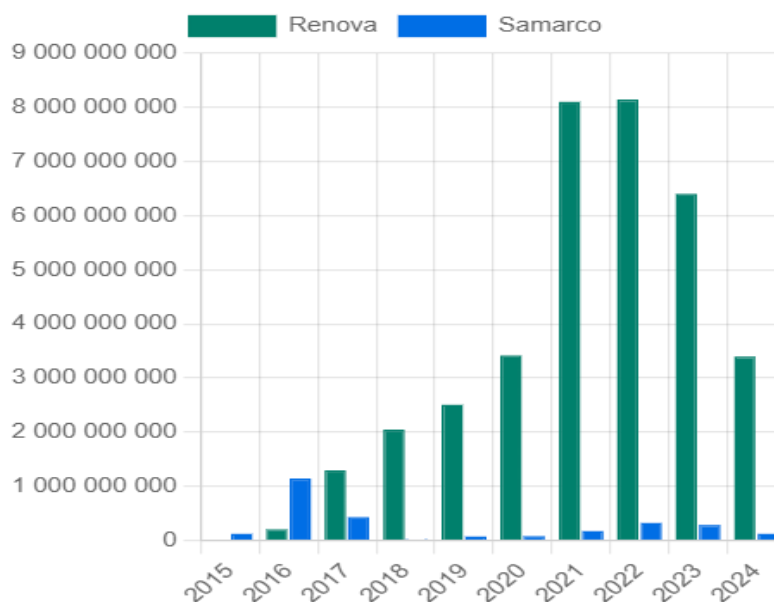
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DNPM e Portal da Transparência da Prefeitura de Mariana (2018).

Segundo a Prefeitura Municipal de Mariana, após o rompimento da barragem a taxa de desemprego chegou a 28%, sendo que antes do desastre esse número era de 6%, essa situação só melhorou após a Fundação Renova começar a atuar na em 2017, empregando cerca de 6,5 mil pessoas para trabalhar nas ações de reparação do meio ambiente e das residências dos atingidos em todos os mais de 39 municípios, sendo 60% da mão de obra moradores das cidades afetadas. Como podemos notar o desemprego teve a maior taxa no período de 2014 a 2017 período entre o rompimento da barragem



A assistência social teve um papel importante e muitos outros desafios enfrentados por essa nova comunidade na luta pela busca de reparação e compensação pelas perdas sofridas pelo coletivo e por cada indivíduo, realizando a intermediação entre as vítimas e as empresas responsáveis pelo rompimento. Após muita luta por reparação na justiça, os assistentes sociais deram continuidade aos desafios através da coordenação do processo de reassentamento e que fosse realizado de acordo a garantir a dignidade das pessoas afetadas, a fim de restaurar vínculos e tradições perdidas por essas comunidades.

Foi criada a Fundação Renova, uma fundação sem fins lucrativos com o intuito de realizar a mobilização das reparações pelos danos causados pelo rompimento da barragem, ela tem a função de dar acesso às informações e ser transparente em todos os processos realizados, como foi definido pelo compromisso jurídico através do TTAC (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta).



FONTE: Fundação Renova

Após o rompimento da Barragem, o cenário econômico, social e político da cidade alterou-se, devido a paralisação das atividades da Samarco, ao volume de atingidos que vieram para cidade, e ao grande aumento da população desempregada na cidade.

A assistência precisou ser capaz de lidar com essa diversidade, oferecendo soluções que considerem as diferentes realidades e necessidades. Isso exige uma abordagem personalizada e integrada, desafiando os recursos e a capacitação dos profissionais envolvidos. A complexidade da situação demanda uma coordenação eficaz entre diferentes órgãos e entidades, como governo, ONGs e empresas. No entanto, a falta de comunicação e integração entre essas instituições pode dificultar a implementação de políticas e programas que atendam a todos os afetados. A articulação entre as diversas frentes de apoio é crucial para garantir um atendimento eficaz.

Como mencionado anteriormente, as comunidades historicamente marginalizadas, muitas das quais são compostas por populações negras e indígenas, enfrentam desafios adicionais. O racismo estrutural e a desigualdade social exacerbaram as dificuldades de acesso a serviços e recursos, tornando essencial que a assistência social não apenas reconheça essas disparidades, mas também trabalhe para enfrentá-las.

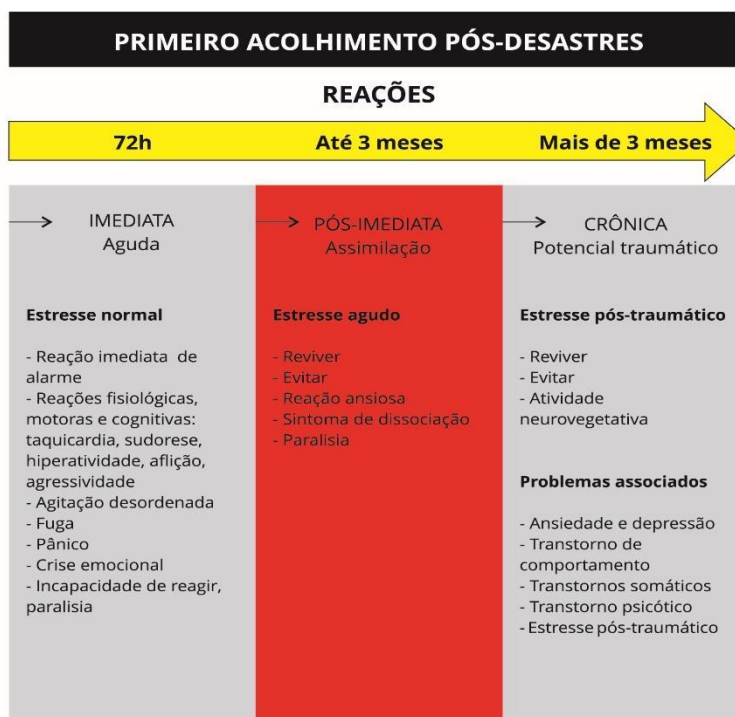
O racismo estrutural se manifesta não apenas na exclusão e na violência, mas também na produção de desigualdades sociais que afetam diretamente o acesso a direitos, serviços e oportunidades. (ALMEIDA, 2018, p. 28)

Para além de todas as adversidades enfrentadas pelos atingidos pelo rompimento, temos entre esse público diversas famílias que apresentam perfis variados, incluindo aquelas que já eram vulneráveis, e os que se encontram em vulnerabilidade recente, além de tudo que já

estavam enfrentando também passaram a sofrer preconceito da população, podemos destacar aqui em especial as crianças que passaram a sofrer bullying nas escolas, como podemos ver um trecho do Jornal Ponto Final, publicado em 2016:

Enfim, a lama não apenas inundou os lares, mas deixou marcas que ficarão para sempre, prova disso é que em pouco tempo os atos de solidariedade aos atingidos pelo desastre da barragem de Fundão deram lugar à discriminação, à rejeição de um povo, que passou a ser chamado de forma depreciativa “povo do Bento” ou “os bentos”. Inúmeras piadas passaram a circular para menosprezá-los e, se não bastasse, até um abaixo-assinado para que as crianças de Bento Rodrigues não estudassem na escola do Bairro Rosário foi feito. Ou seja, além da morte de 19 pessoas, a onda de lama também contribuiu para matar a esperança de muitos jovens que até para estudar encontraram dificuldades, sofrendo bullying. (Jornal Ponto Final, de 04 a 10 de novembro de 2016)

O desastre teve um impacto muito grande na saúde mental das pessoas afetadas. O luto, o trauma e a incerteza sobre o futuro geraram uma demanda crescente por serviços de apoio psicológico, especialmente no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, que é um serviço da área da saúde. A política de assistência social teve que trabalhar em conjunto com a política de saúde para atender a necessidade urgente que a população necessitava naquele momento, visto que, não havia profissionais suficientes para atender todas essas demandas, e isso podia comprometer a recuperação a longo prazo da comunidade. O atendimento Psicossocial seguiu um cronograma, para que assim tenha um primeiro acompanhamento eficaz.



Fonte: Médicos Sin Fronteras

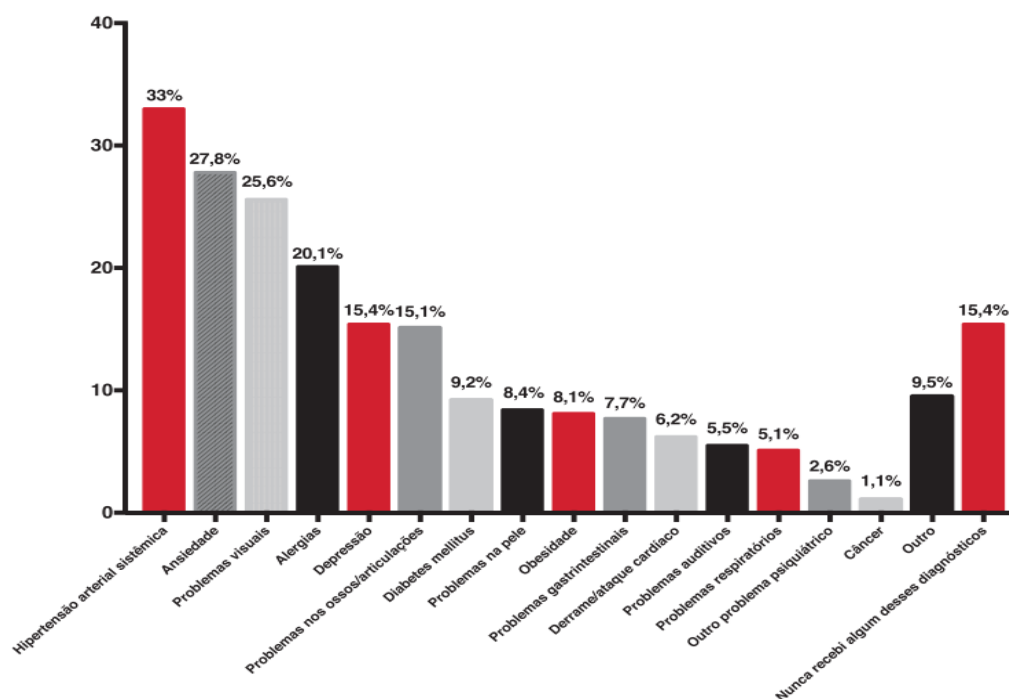
Segundo o site do G1 que realizou uma pesquisa com 271 atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, acerca da saúde mental, concluiu com a pesquisa que entre os adultos

12% sofrem com estresse pós-traumático, já entre as crianças e adolescente o índice é muito maior chegando a uma taxa de 83%.

“O transtorno de ansiedade é uma percepção de inquietação constante. No estresse pós-traumático, essas pessoas ficam sonhando, de vez em quando tem flashbacks do que aconteceu e isso causa um grande estresse”, explicou o psiquiatra Frederico Garcia, um dos coordenadores da pesquisa. (G1 MG,11 de out de 2024 às 12:55)

O principal agravante á saúde mental dos atingidos se deve a situação de que a maioria das vítimas fatais trabalhavam na mineradora e/ou moravam na comunidade onde a barragem rompeu, e os sobreviventes tiveram que lidar com a perda de entes queridos e a rede comunitária e afetiva criada pelo coletivo, perderam amigos, família, colegas de trabalho além de toda uma história e pertencimento. Esse traço é significativo para alterar as relações socioafetivas da comunidade, ampliando o potencial de se desenvolver transtornos psicopatológicos da a curto, médio e longo prazo em muitos dos sobreviventes.

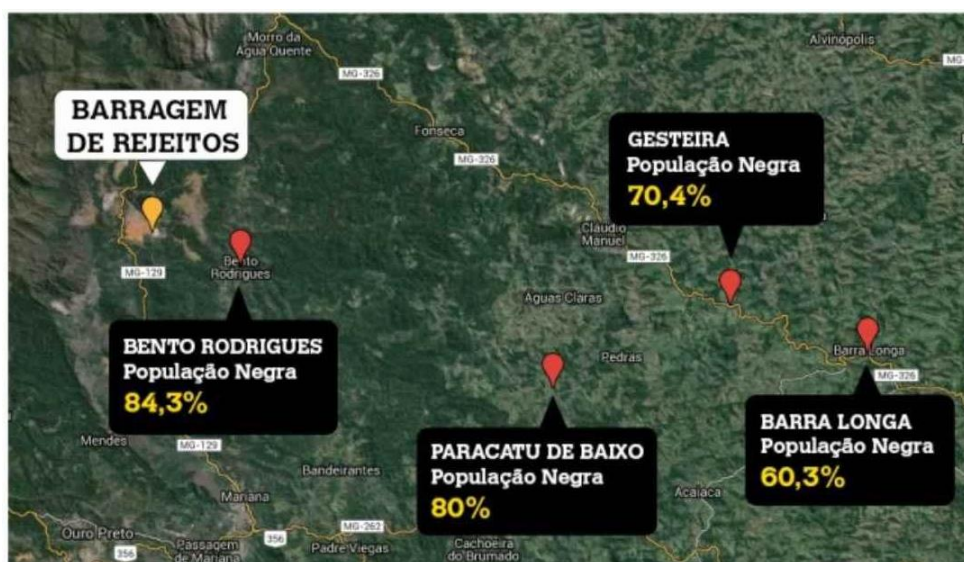
Muitos dos moradores atingidos, ao serem retirados de seus lares passaram a enfrentar diversos sintomas como: tristeza, humor deprimido, pesar, ansiedade, medo, irritabilidade, raiva, culpa, desorientação, reações de dissociação, crises de ansiedade, pânico e tentativas de suicídio, na maior parte dos casos através de uso de medicamentos, foi notado também considerável aumento no consumo de álcool, conflitos interpessoais e situações de violência.



FONTE: PRISMMA (CARITAS)

O Racismo Ambiental fica cada vez mais evidente principalmente quando analisamos

o perfil da população atingida, que na maioria são compostos por negros(as), e as localizações das situações de desastres, como: enchentes, alagamentos, invasão de territórios, falta de acesso a saneamento básico e água potável e rompimento de barragens, serem sempre os locais mais atingidos. Esses são alguns dos fatores que evidenciam o racismo e a injustiça ambiental que atingem principalmente as comunidades mais vulneráveis como indígenas, quilombolas, periféricas e ribeirinhas, que vivenciam essas consequências ao longo da sua trajetória.



Para enfrentar o racismo ambiental, é fundamental que as comunidades afetadas possam participar ativamente das decisões que envolvem o meio ambiente e a saúde pública. Governos e empresas devem assegurar a transparência, fornecendo informações claras e objetivas sobre os riscos ambientais relacionados às instalações existentes e planejadas. A consulta e o envolvimento dessas comunidades devem ocorrer desde a fase inicial de qualquer projeto.

Além disso, garantir o acesso à informação e a recursos financeiros e legais é essencial para que as populações possam se mobilizar contra a discriminação ambiental. Organizações governamentais e não governamentais têm um papel importante em apoiar essas comunidades, oferecendo educação, assistência técnica e orientação sobre seus direitos. O combate eficaz à desigualdade socioambiental exige uma colaboração entre a sociedade civil, empresas e governos, visando um acesso equitativo aos recursos naturais e serviços ambientais.

Algumas das medidas necessárias para avançar no combate seriam: o reconhecimento e conscientização, promovendo o entendimento do racismo ambiental e sensibilizar a sociedade da sua gravidade; Investir em infraestrutura, melhorar o saneamento básico e garantir água potável para as comunidades historicamente marginalizada; Estabelecer normas mais severas para empresas que geram impactos ambientais; Garantir que a comunidade possa participar e

ser consultada em todas as etapas de desenvolvimento e infraestrutura de seu território; Se faz necessário a criação e implementação de políticas públicas mais inclusivas para promover a igualdade socioambiental; Incentivar projetos e iniciativas culturais e educacionais que celebrem a diversidade das diferentes tradições.

A desigualdade socioambiental como o que ocorreu com o rompimento da Barragem de Fundão, tem consequências profundas para as comunidades vulnerabilizadas, impactando sua saúde, bem-estar e acesso a oportunidades econômicas e sociais. Combater essa desigualdade requer esforço contínuo para promover justiça ambiental e construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Mediante todos os dados apresentados, podemos analisar que os desafios da assistência social, estão longe de serem solucionados, e que juntamente enfrentamos os desafios de diversos setores que se conectam em meio a tantas expressões da questão social, tornando a população cada vez mais vulnerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho é apresentar os principais desafios que o Rompimento da Barragem de Fundão, pertencente à mineradora Samarco, trouxe à assistência social do município de Mariana, fundamentando-se em pesquisas bibliográficas e dados estatísticos. O crime da mineração foi um desastre humano e ambiental de valor incalculável, de grandes repercussões nacionais e internacionais. A cidade de Mariana foi atingida diretamente pelo crime, em diferentes áreas, e pelos moradores do município, direta ou indiretamente. Pelas vidas perdidas e pela destruição ambiental, mas também pelos desafios a longo prazo que todos enfrentaram e enfrentam até os dias de hoje, mesmo após quase 10 (dez) anos daquele trágico 05 de Novembro de 2015.

A dinâmica da sociedade marianense foi totalmente alterada, devido ao aumento de demandas por políticas públicas, principalmente pela assistência social e saúde, a ampliação de moradores que vieram devido a terem suas casas tomadas pela lama e aqueles que vieram em busca de trabalho, mas em contraposição a redução da arrecadação de receita devido a paralisação das atividades da mineradora, fez com que o investimento em políticas públicas que já eram poucos, se tornassem cada vez mais precários, não sendo investido o suficiente para acompanhar o crescimento das demandas. A realidade para os profissionais se tornou cada vez mais angustiante devido a contradição de menos recursos e mais usuários e famílias para serem atendidas, além do desafio de ser uma demanda nova, que não se tinha uma capacitação voltada para esse tipo de atendimento, sendo totalmente novo esse cenário de atender os atingidos por barragem.

É necessário evidenciar que muitas dessas comunidades impactadas enfrentam a desigualdade social e histórica, principalmente por serem em sua maioria populações negras, indígenas e ribeirinhas, e que para além de lidarem com essas questões a vida toda, agora passam a lidar com a perda e com as consequências que o rompimento da barragem trouxe, se encontrando mais nas margens da vulnerabilidade do que antes. Analisamos também a relação clara entre o racismo e a mineração na região, principalmente ao notar como as grandes corporações empresariais da mineração promoveram o desenvolvimento econômico da região nas custas de marginalizar e explorar a população mais vulnerável, considerando sempre os lucros acima dos direitos.

Os desafios da assistência social em Mariana são inúmeros e complexos. Com a chegada de novos grupos populacionais, a pressão sobre a assistência social aumentou, enquanto os recursos diminuíram. A política social se vê diante da atribuição de atender uma população diversificada, que inclui aqueles que já eram vulneráveis antes do desastre e aqueles

que perderam tudo com o rompimento. O foco deixa de ser apenas na recuperação imediata de bens e imóveis, mas também passa a ter a necessidade de se construir um sistema de apoio permanente que leve em consideração as diferentes desigualdades raciais, sociais e históricas.

Além da resposta imediata, os desafios incluem a necessidade de desenvolver estratégias sustentáveis para a recuperação a longo prazo. Isso envolve não apenas a reconstrução de infraestruturas, mas também a criação de oportunidades de emprego e a promoção de um desenvolvimento econômico que considere as vozes e necessidades das comunidades afetadas. A assistência social em Mariana, após o rompimento da barragem de Fundão, enfrenta desafios complexos que exigem uma resposta coordenada, inclusiva e sustentável. A superação dessas dificuldades é fundamental para garantir que todos os afetados possam reconstruir suas vidas em um ambiente mais justo e igualitário. Para isso, é necessário um comprometimento com políticas públicas que reconheçam e abordem as desigualdades sociais, promovendo a justiça e a dignidade para todas as pessoas.

Para além de dar respostas aos novos desafios apresentados, tem-se que sempre tomar cuidado em não se deixar levar somente para o viés imediatista, visando somente resolver a demanda esporadicamente e não aprofundar o debate acerca do assunto com os atingidos e a comunidade em geral. O desastre trouxe não só desafios, mas trouxe caos e insegurança para a atuação das políticas sociais.

Após quase 10 anos de rompimento da barragem, ainda assim são poucas as fontes para busca, e muitos os dados que não foram apresentados com clareza e objetividade em relação aos impactos que a política de assistência social enfrentou e ainda enfrenta dia a dia, o que ressalta a necessidade de que outros estudos sejam realizados de forma a aprofundar a temática em foco.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA. Defesa do direito à Saúde e Assistência social. Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2018/09/Ac%CC%A7a%CC%83oSau%CC%81de-Samarco-IC16.000093-3-25jun2018.docx>>. Acesso em: 02/02/2024.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM. Arrecadação da CFEM por Substância. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx>. Acesso em: 27/10/2023. Distribuição CFEM. Disponível em: <https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/distribuicao_cfem.aspx>. Acesso em: 27/10/2023.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS MINERADORES DE MINAS GERAIS E DO BRASIL. O que é a CFEM? Disponível em: <<https://www.amig.org.br/cfem>>. Acesso em 19/02/2024.

ALMG, 2016. Comissão Extraordinária das Barragens: Relatório Final. Assembleia legislativa do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/atividade_parlamentar/comissoes/extraordinaria/docs/relatorio-final-comissao-barragens-versao-discussao.pdf> Acesso em 05 de dez. 2023.

ALMEIDA, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BEHRING, Elaine; IVANETE, Boschetti. Política social: fundamentos e história. Ed.9. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do serviço social; v.2).

BERTOLLO, Kathiúça. MINERAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: ANÁLISE A PARTIR DA REALIDADE DE MARIANA-MG. Tese submetida ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, MDS: 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS). Brasília: MDS, 2007.

Bullard, Robert. Revista Eco 21, ano XV, Nº 98, janeiro/2005, visto em 20/11/2015 em http://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_e_racismo_ambiental.html

CNAS. Conselho Nacional da Assistência Nacional: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº109 de 11 de novembro de 2009. Brasília: CNSS. 2009.

Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. 10 °. rev atual. –[Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]

Conselho Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica do SUAS – 2012. Brasília: CNAS, 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João P. (Org.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.p. 137-180.

D' AGOSTINO, Rosanne. Rompimento de barragem em Mariana: Perguntas e respostas. São Paulo, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-erespostas.html>. Acesso em: 9 out. 2023

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2013.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. A sociologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

G1, R. D.; PAULO, EM S. Rompimento de barragem em Mariana: perguntas e respostas. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2015/11/rompimento-de-barragens-em-mariana-perguntas-e-respostas.html>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTTÍSTICA - IBGE. Minas Gerais/ Mariana/ Panorama. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/mariana/panorama>>. Acesso em: 12/12/2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Mariana. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/mariana.html>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Instituto Brasileiro de Mineração- IBRAM. Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais. Brasília, 2014. Disponível em:<<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>>. Acesso em: 19/03/2023.

MARQUES, Laura. Com a tragédia da Samarco, Mariana deixou de arrecadar R\$ 240 milhões. [S. l.], 2 nov. 2019. Disponível em: <https://mariana.portaldacidade.com/noticias/cidade/com-a-tragedia-da-samarcomariana-deixou-de-arrecadar-r-240-milhoes-2507>. Acesso em: 30 nov. 2023

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Disponível em: < <https://www.prattein.com.br/home/images/stories/PDFs/PNAS-2004.pdf>>. Acesso em: 08/08/2024

Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: Senado Federal, 1993.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. O. (ed.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social –2004 / Norma Operacional Básica do SUAS – 2005. Brasília: MDS, 2005.

MOURA, C. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica. Revista Princípio, São Paulo, n. 34, 1994.

MOURA, C. Rebeliões da Senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988b.

MOURA, C. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988 a.

MUNANGA, K. As Ambiguidades do Racismo à Brasileira. In: KON, N.O.; SILVA, M.L.; ABUD, C.C. (ORGS.). O RACISMO E O NEGRO NO BRASIL: QUESTÕES PARA A PSICANÁLISE. SÃO PAULO: PERSPECTIVA, 2017.

_____. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática S.A, 1992.

_____. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. 2018. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/poemas/files/2019/04/Coelho-2019-Minero-depend%C3%A2ncia.pdf>>. Acesso em: 22/01/2024.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. A assistência na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 2002.

PRADO JR., C. A revolução brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PREFEITURA DE MARIANA. Conheça um pouco da História de Mariana: A primeira cidade de Minas. Disponível em: . Acesso em: 08/06/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Portal da Transparência: [S. l.], 2012. Disponível em: <http://www.transparencia.mariana.mg.gov.br>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 503.

SKODOWSKI, Thais. Três anos após tragédia, região de Mariana ainda tem desemprego alto. Portal R7 18/02/2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/tres-anosapos-tragedia-regiao-de-mariana-ainda-tem-desemprego-alto-19022019>>. Acesso em: 22/01/2024.

SILVA, Jéssica Lorrany de Jesus. Entre montanhas e dores: a dependência da mineração e a vivência do desastre em Mariana–MG, Brasil. Disponível em: 99 <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/49539/30904>. Acesso em: 02/04/2021.

SILVA, Maicon Claudio da. Da Senzala aos Mucambos: A transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. 2013. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas, Universidades Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SOUZA, Francielle. Mariana: uma história com a mineração. Jornal a Sirene, 05/11/2017. Disponível em: < https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed.20 >. Acesso em: 15/02/2024.

UNIÃO et al. 2016. Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta. Belo Horizonte, Mar. 2016. Disponível em: Acesso em: 12 Jun. 2018.

WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. Rio de Janeiro: Americana, 1975.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Do Boom ao Pós- Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. Versos: Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 1, p.1-7, ago. 2017. Disponível em:<https://www.researchgate.net/publication/318213362_Do_Boom_ao_Pos-Boom_das_commodities_o_comportamento_do_setor_mineral_no_Brasil>. Acesso em: 01/02/2024.